

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS EM CANDIOTA – RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Flamarion Dutra Alves

Santa Maria, RS, Brasil

2006

OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM CANDIOTA – RS

por

Flamarion Dutra Alves

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural.**

Orientador: Prof. Vicente Celestino Pires Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2006

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS
RURAIS EM CANDIOTA – RS**
elaborado por

Flamarion Dutra Alves

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. Vicente Celestino Pires Silveira
(Presidente/Orientador)

Dr. Enéas Rente Ferreira (UNESP- Rio Claro)

Dra. Vera Maria Favila Miorin (UFSM)

Dr. Pedro Selvino Neumann (UFSM)-Suplente

Santa Maria, 23 de novembro de 2006.

DEDICO ESTE TRABALHO A MINHA MÃE (IN MEMORIAN).

AGRADECIMENTOS

A UFSM e ao CPGE_xR pela oportunidade de desenvolver essa pesquisa e garantir o acesso gratuito ao ensino superior.

A CAPES pelos 12 meses de bolsa de estudo, sem esse auxílio dificilmente conseguiria terminar a pesquisa.

Ao professor Vicente Silveira, pela paciência, amizade e pelo conhecimento transmitido, que me ajudou na elaboração da dissertação.

A minha família, os presentes e os ausentes que de alguma forma me mostraram o caminho a seguir.

A Janisse Viero, além de colega e suas contribuições para minha vida acadêmica, foi uma pessoa muito presente nesse período, com certeza é uma amizade que vai ficar para sempre.

Aos meus amigos que sempre estiveram presentes, Michele, Udirlei, Vinicius e tantos outros da Geografia que estiveram e estão do meu lado.

Agradecer todo pessoal da EMATER de Candiota, Hulda, Paulo, Humberto, Beta, Luciane e Natália, que me receberam de braços abertos, além de sempre estarem dispostos a ajudar percorrendo todo município souberam ser grandes amigos.

E todas pessoas de Candiota que me ajudaram nessa pesquisa.

*O Bom Combate é aquele que é
travado em nome dos nossos
sonhos; foi transportado dos
campos de batalha para dentro de
nós mesmos.
(PAULO COELHO)*

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM CANDIOTA – RS

AUTOR: FLAMARION DUTRA ALVES

ORIENTADOR: VICENTE CELESTINO PIRES SILVEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 23 de novembro de 2006.

Este estudo tem como objetivo analisar os impactos da territorialização dos assentamentos rurais no município de Candiota, localizado na região sul do Rio Grande do Sul. A discussão inicial parte do processo de ocupação territorial do Rio Grande do Sul, na qual se inicia as diferenças regionais, de um lado a grande propriedade na região sul do estado e de outro a pequena propriedade na parte norte-nordeste do estado. O processo de modernização na agricultura, a partir de 1960, agravou as desigualdades socioeconômicas causando o aumento do êxodo rural, concentração de terras e renda. Esse processo levou ao surgimento de movimentos sociais no campo, que reivindicavam a distribuição de terras e a desconcentração fundiária. No fim da década de 1980, começa a se implementar assentamentos rurais em Candiota ocasionando uma diminuição na contração fundiária e aumentando o dinamismo socioeconômico no espaço rural do município. Em 2006, Candiota conta com vinte e cinco assentamentos com 693 famílias que alteraram e geram uma nova dinâmica no município.

Palavras-chaves: Questão Agrária, Assentamentos Rurais, Candiota, Territorialização.

ABSTRACT

Dissertation of Master degree
Post-Graduation in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

TERRITORIALIZATION IMPACTS OF RURAL SETTLEMENTS IN CANDIOTA-RS

AUTHOR: FLAMARION DUTRA ALVES

ADVISER: VICENTE CELESTINO PIRES SILVEIRA

Date and Defense's place: Santa Maria, 23 of November of 2006.

This study analyzes the impacts of rural settlements territorialization in the Candiota County, located in the south region of the Rio Grande do Sul. The topic starts from the territorial occupation of Rio Grande do Sul state that begins with regional differences, one side the great property in the south region and another one, the small property in north-northeast region of the state. The modernization process in agriculture, from 1960, amplifies the social-economical difference causing the increase of the rural exodus, land and income concentration. Consequently, begins social movements in the rural areas, which demanded land distribution and agrarian structure modification. In the end of the decade of 1980, it establishes rural settlements in Candiota causing a reduction in the agrarian concentration and increasing the social-economical dynamism in the rural area of the County. In 2006, Candiota has twenty and five rural settlements with 693 families. They had modified and generate a new dynamics in the County.

Key-Words: Agrarian questions, Rural settlements, Candiota, Territorialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Abordagem não-sistêmica de análise.....	20
FIGURA 2 - Abordagem sistêmica ou enfoque sistêmico de análise.....	22
FIGURA 3 - Unidades de análise sistêmica no objeto de estudo.....	25
FIGURA 4 - Processo de Modernização da Agricultura.....	69
FIGURA 5 - Resultados da análise sistêmica.....	114
GRÁFICO 1 - Evolução da população rural e urbana no município de Candiota,1993-2005.	31
GRÁFICO 2 - Precipitação anual na região de Bagé no período de 1993-2005.....	35
GRÁFICO 3 - Percentual de cada Mesorregião na população total no período 1920-2002, no Rio Grande do Sul.....	47
GRÁFICO 4 - Número de imóveis rurais e área ocupada em estratos no Brasil, 2003.....	66
GRÁFICO 5 - Porcentagem da área ocupada por estratos em Candiota 1996 -2006.....	93
GRÁFICO 6 - Porcentagem de estabelecimentos por estrato de área, Candiota 1996 -2006..	94
GRÁFICO 7 - Número de propriedades conforme a classificação do INCRA no município de Candiota-RS.....	97
GRÁFICO 8 - Área ocupada conforme a classificação do INCRA no município de Candiota-RS.....	97
GRÁFICO 9 - Distribuição temporal dos assentamentos rurais em Candiota, 1989-2002.....	99
GRÁFICO 10 - Evolução dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em Candiota, 1993-2005.....	106
MAPA 1 - Localização do município de Candiota, RS.....	30
MAPA 2 - Temperatura média anual no Rio Grande do Sul.....	33
MAPA 3 - Precipitação média anual no Rio Grande do Sul.....	34
MAPA 4 - Altitude do Estado do Rio Grande do Sul.....	35
MAPA 5 - Localização da Mesorregião Sul, Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul.....	37
MAPA 6 - Evolução do processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul.....	44
MAPA 7 - Localização das famílias assentadas pela reforma agrária (1970-80-90-2001), RS.....	81
MAPA 8 - Localização dos municípios com assentamentos rurais no Rio Grande do Sul....	83
MAPA 9 - Origem das famílias assentadas em Candiota.....	101

ORGANOGRAMA 1 - Plano de Reestruturação Econômica para a Metade Sul - Dinâmica Regional.....	53
QUADRO 1 - Comparação das obras de Kautsky, Lênin e Chayanov acerca da questão agrária.....	63

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Valor Adicionado da Agropecuária e PIB Total, em mil reais, no município de Candiota, 1996-2003.....	32
TABELA 2 – População total e participação percentual de cada Mesorregião do Estado no período de 1920-2002.....	46
TABELA 3 - Número e área de pequenas propriedades da Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, entre 1940 a 1995-1996.....	50
TABELA 4 – Tamanho médio dos estabelecimentos no Rio Grande do Sul e na Mesorregião Sul no período de 1940-1996 (em hectares).....	51
TABELA 5 – Número de imóveis rurais e área ocupada em estratos no Brasil, 2003.	65
TABELA 6 – Área das propriedades, em hectares, no município de Candiota-RS (1996-2006).	94
TABELA 7 – Número de propriedades no município de Candiota-RS (1996-2006)	95
TABELA 8 – Estrutura fundiária em Candiota conforme a classificação do INCRA, 2006...	96
TABELA 9 – Número de assentamentos rurais, área ocupada, famílias, origem e órgão de ATER em Candiota.	98
TABELA 10 – Escolas municipais e estaduais no município de Candiota.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.
- CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica.
- CGTEE - Companhia de Geração Térmica e Energia Elétrica.
- COOPERAL - Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados LTDA.
- COPTec - Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos.
- COSULATI - Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios.
- CRM – Companhia Regional de Mineração.
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- FEE – Fundação de Economia e Estatística.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário.
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
- PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento.
- PIB - Produto Interno Bruto.
- PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.
- PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.
- PROCERA - Programa de Crédito Espacial para Reforma Agrária.
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- UFMS - Universidade Federal de Santa Maria.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Classificação do INCRA sobre módulo rural e módulo fiscal.....	123
ANEXO B - Fotos do município de Candiota.....	126
ANEXO C - Programas de Crédito e Financiamento.....	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 - METODOLOGIA.....	19
1.1- A Metodologia Sistêmica nas Ciências Humanas.....	19
1.2. Procedimentos Metodológicos.....	26
1.3 - Caracterização da área estudada.....	29
1.3.1. - População.....	29
1.3.2. - Economia.....	32
1.3.3. - Aspectos Físicos de Candiota.....	32
2- A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA: ALGUNS ELEMENTOS DAS DESIGUALDADES REGIONAIS.....	36
2.1. Processo de evolução da ocupação e colonização do Estado do Rio Grande do Sul.....	37
2.2. Discussões sobre a desigualdade regional no Estado do Rio Grande do Sul.....	44
2.2.1. Estrutura Fundiária.....	49
3- AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NA AGRICULTURA E A QUESTÃO AGRÁRIA.....	55
3.1. - Contribuições Teóricas dos Clássicos Rurais sobre a Questão Agrária e o Capitalismo no Campo.....	55
3.1.1. - A superioridade da grande propriedade na obra de Kautsky.....	55
3.1.2. - A desintegração do campesinato de Lênin.....	58
3.1.3. - A Unidade Econômica Camponesa de Chayanov.....	60
3.1.4. - Discussões sobre campesinato e agricultura familiar.....	61
3.2. - Modernização da Agricultura Brasileira: do Complexo Rural ao Complexo Agroindustrial (CAI).....	64
3.2.1. - Estrutura Fundiária.....	64
3.2.2. - Modernização agrícola e aumento das desigualdades sociais e econômicas no espaço rural.....	67
3.3. – As transformações capitalistas no campo gaúcho com a criação dos Complexos Agroindustriais.....	73
4 - ASSENTAMENTOS RURAIS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO.....	78
4.1 - O Assentamento Rural como Território Conquistado.....	78

4.2 -Territorialização dos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul.....	79
4.3 - Espacialização dos Movimentos Sociais no Campo.....	84
4.4 - O Conceito de Território e (Des)-(Re)-Territorialização.....	85
5- OS IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM CANDIOTA-RS: NOVOS AGENTES E NOVAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS.....	92
5.1 - Estrutura fundiária e a territorialização: processo histórico de ocupação.....	92
5.2 -. Aspecto Cultural e Tecnológico.....	100
5.3 - Aspectos Socioeconômicos e Políticos	102
5.3.1 - Educação e Saúde.....	107
5.4 - Aspecto Ambiental	108
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
BIBLIOGRAFIA.....	115
ANEXO A	123
ANEXO B.....	126
ANEXO C.....	133

INTRODUÇÃO

A ocupação populacional realizada, em um espaço, trás mudanças de diversas ordens: social, econômica, cultural entre outras. Esse processo de transformação do espaço é consequência de diversos motivos, que nem sempre são analisados sistematicamente, o resgate histórico vem contribuir para a verificação da origem das transformações.

O processo de colonização e ocupação realizado no estado do Rio Grande do Sul não foi homogêneo no que se refere às etnias, estrutura fundiária e atividades agropecuárias. Porém, o caráter concentrador na Mesorregião Sul permaneceu intacto, com suas grandes propriedades e vazios demográficos, barrando a possibilidade de desenvolvimento econômico e social para a maioria da população dessa região.

A modernização na agricultura brasileira ocorrida a partir da década de 1960, trouxe uma gama de mudanças para o campo e no Rio Grande do Sul não foi diferente, havendo uma expansão das atividades agrícolas de *commodities*, principalmente soja e trigo no planalto gaúcho, situado na Mesorregião Norte do Estado que favoreceu a expansão da grande propriedade mecanizada ocupando cada vez mais o espaço que pertencia à pequena propriedade. A exclusão dos pequenos agricultores no planalto gaúcho a partir da década de 1960, agravou o êxodo rural e o consequente “inchaço” urbano em alguns municípios. A exclusão rural criou ainda uma demanda por terra, ou seja, a luta pela reforma agrária ficou cada vez mais acentuada com o surgimento de movimentos sociais do campo, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Assim, as transformações no campo devido à modernização da agricultura, disputa pela reforma agrária e a diminuição da concentração fundiária no campo brasileiro entraram com força no debate da questão agrária surgindo à importância de estudos com relação à reforma agrária e os resultados obtidos, após a instalação dos assentamentos rurais. Quais os impactos sociais, econômicos, culturais entre outros nos territórios conquistados?

A pesquisa teve como local de análise o município de Candiota, no Rio Grande do Sul, no qual apresenta um total de vinte e cinco assentamentos rurais, onde a estrutura fundiária municipal se caracterizou historicamente pela grande

propriedade, e hoje, contrasta com um elevado número de pequenas propriedades. Nesse sentido, surge a importância da análise no município de Candiota para proporcionar reflexões acerca da reforma agrária e da agricultura familiar.

Assim, este trabalho teve como Objetivo Geral:

- Analisar os impactos dos assentamentos rurais nas dinâmicas socioeconômicas no município de Candiota, Rio Grande do Sul.

E como Objetivos Específicos:

- Verificar a causa e as conseqüências do processo de desigualdade regional no Rio Grande do Sul;

- Analisar as transformações da modernização na agricultura no campo gaúcho e as implicações aos pequenos agricultores;

- Verificar os processos de territorialização do espaço ocorridos com as instalações dos assentamentos rurais.

No primeiro capítulo, será abordada a metodologia utilizada na pesquisa, o enfoque sistêmico de Bertalanffy (1975) e de Morin (1977), no qual buscam compreender os fatores históricos, questões sociais, econômicas, ou seja, uma inter-relação entre os elementos e suas disputas internas no sistema. Assim, os fenômenos devem ser estudados dentro de um contexto, não mais separadamente. Nesse sentido, a busca de compreender o processo de ocupação do Rio Grande do Sul (a gênese da grande propriedade e da desigualdade), a questão agrária e a modernização na agricultura (a ênfase da desigualdade) e a origem dos movimentos sociais no campo e dos excluídos do processo e posteriormente, uma breve análise dos impactos nas cidades, como conseqüência do êxodo rural.

No segundo capítulo, serão analisados os processos de ocupação territorial no estado do Rio Grande do Sul e as desigualdades regionais dentro do estado. Dando ênfase à concentração fundiária na Mesorregião Sul e ao processo de exclusão dos pequenos agricultores da Mesorregião Norte devido à mecanização da agricultura nessa região.

A discussão sobre a questão agrária e as transformações capitalistas na agricultura serão trabalhadas no terceiro capítulo, onde se buscou nos clássicos rurais da questão agrária, Kautsky, Lênin e Chayanov, um aporte teórico, juntamente com a literatura brasileira de Caio Prado Júnior, José Graziano da Silva, Müller entre

outros, e o aprofundando também nos trabalhos realizados sobre a questão agrária e a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul e suas conseqüências para o campo gaúcho.

No quarto capítulo, serão traçadas reflexões com relação aos assentamentos rurais e a territorialização do espaço. Uma discussão sobre a ocupação do espaço e, por conseguinte sua territorialização, uma visão da territorialidade e as definições geográficas pertinentes nos estudos sobre movimentos sociais, ocupações do espaço e a importância dos assentamentos rurais para um desenvolvimento rural.

No quinto capítulo, serão discutidos os resultados obtidos da pesquisa realizada no município de Candiota-RS, nos vinte e cinco assentamentos rurais e seus impactos socioeconômicos no território. As novas dinâmicas ocorridas no município com a instalação dos assentamentos rurais e os reflexos nos indicadores sociais, econômicos, culturais entre outros.

No último capítulo abordar-se-á reflexões sobre a instalação de assentamentos rurais e questão agrária, tendo como base os resultados obtidos na pesquisa realizada em Candiota, e as sugestões e propostas para a agricultura familiar, além de questões relativas à estrutura fundiária e suas conseqüências para o espaço rural e urbano.

1- METODOLOGIA

Ao pesquisar realidades cada vez mais dinâmicas e complexas se faz necessário aplicar instrumentos de análise que permitam abordar uma variedade de aspectos e informações. Buscou-se uma metodologia a qual permitiu uma observação do todo e dos elementos que o compõem e as inter-relações entre esses elementos. Sendo assim, através da metodologia sistêmica ou enfoque sistêmico de Bertalanffy (1975) e de Morin (1977) atingiu-se os objetivos propostos anteriormente.

Inicialmente, considera-se uma breve explicação sobre a metodologia sistêmica, sua importância e aplicações em ciências humanas, e em seguida os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa realizada no município de Candiota-RS, com relação aos impactos dos assentamentos rurais analisados de modo sistêmico.

1.1- A Metodologia Sistêmica nas Ciências Humanas

A utilização da metodologia sistêmica é fundamental para a compreensão dos diversos fenômenos da sociedade. Sua origem data no ano de 1945 com a *Teoria Geral dos Sistemas (TGS)* de autoria do Ludwig von Bertalanffy (1901-1972), no qual essa teoria foi reforçada e bastante utilizada na II Guerra Mundial, quando as equipes trabalhavam interdisciplinarmente, com profissionais de várias áreas do conhecimento, para solucionar os complexos problemas daquele período. Nesse contexto, a TGS emergiu como uma ferramenta adequada para lidar com as diversas complexidades e as idéias comuns às várias áreas do conhecimento.

Porém, Bertalanffy (1975) menciona como antecedentes das idéias sistêmicas a 'filosofia natural' de Leibniz, as idéias de Nicolau de Cusa sobre a coincidência dos opostos e a dialética de Hegel e Marx.

A investigação priorizou uma análise ampla da realidade, com diversos aspectos. A ciência precisa de um enfoque sistêmico para diagnosticar a realidade humana, pois como disse Bertalanffy (1975) sobre as duas grandes mudanças ocorridas na sociedade contemporânea e que por essas mudanças surge a necessidade desse enfoque:

Um é o *desenvolvimento tecnológico*, que permite um domínio da natureza nunca antes realizado, e deveria abrir caminho para aliviar a fome, doença, a superpopulação, etc. a que a humanidade esteve anteriormente exposta. O outro fator é a *natureza global* de nossa civilização. As anteriores eram limitadas por fronteiras geográficas e compreendiam somente grupos limitados de seres humanos (BERTALANFFY, 1975,p.271)

Dentro dessa realidade, muda-se o padrão das análises que antes eram feitas em categorias separadas e isoladas (Figura 1), conforme afirmou Bertalanffy (1975, p.71) a “ciência parecia ser analítica, isto é, a divisão da realidade em unidades cada vez menores e o isolamento de cadeias causais individuais”, isso fez com que se pensasse em um método que mudasse a forma de pesquisar o mundo.

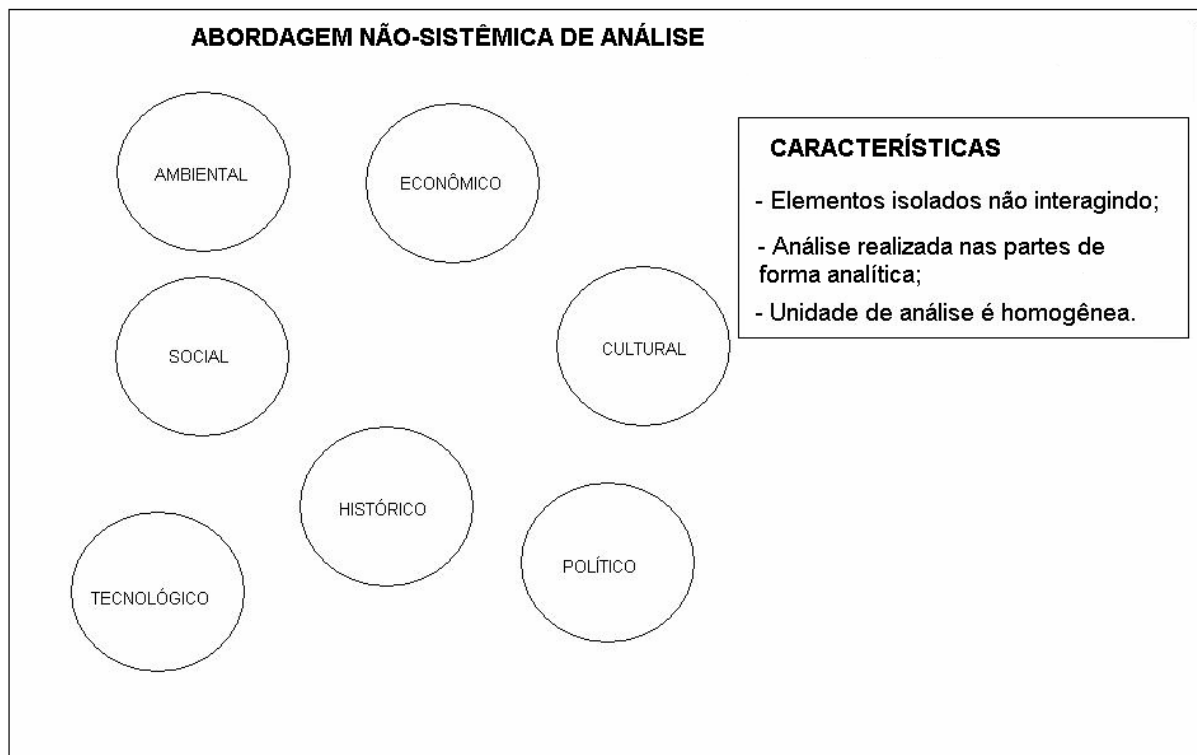


Figura 1- Abordagem não-sistêmica de análise.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

A teoria de Bertalanffy (1975) se baseia em um método de análise sistêmico, integrando as partes, ou seja:

(...) A tendência ao estudar os sistemas como uma entidade e não como um aglomerado de partes está de acordo com a tendência da ciência contemporânea que não isola mais os fenômenos em contextos estreitamente confinados, mas abre-se ao exame das interações e investiga

setores da natureza cada vez maiores (ACKOFF¹, 1959 apud BERTALANFFY, 1975, p.25)

A partir dessas mudanças no enfoque do método de investigação, esta pesquisa norteia-se pela metodologia sistêmica que busca a análise de diversas categorias em forma integrada (Figura 2). Cada elemento apresenta vários sub-sistemas, e esses devem ser analisados entre si em simultaneidade, suas interferências mútuas e suas ligações². A ação de um sub-sistema pode provocar uma reação em outro sub-sistema, direta ou indiretamente que por sua vez recebe influência de outro sub-sistema de seus elementos ou de outro elemento.

O sistema é composto por elementos ou também chamados de unidades que estão em constante transformação ou em processo de formação, essa metamorfose ou morfogênese dos elementos são denominados por *organização*³. Os elementos interagem entre si, em um processo de trocas ou de lutas, essa dinâmica dentro do sistema é denominada de inter-relações.

¹ ACKOFF, R.F. **Games, Decisions and Organization**. General Systems, 145-150, 1959.

² Ver mais sobre *ligações* em Morin (1977 p.125).

³ Ibid. Capítulo II e Bertalanffy (1975, p.73-75)

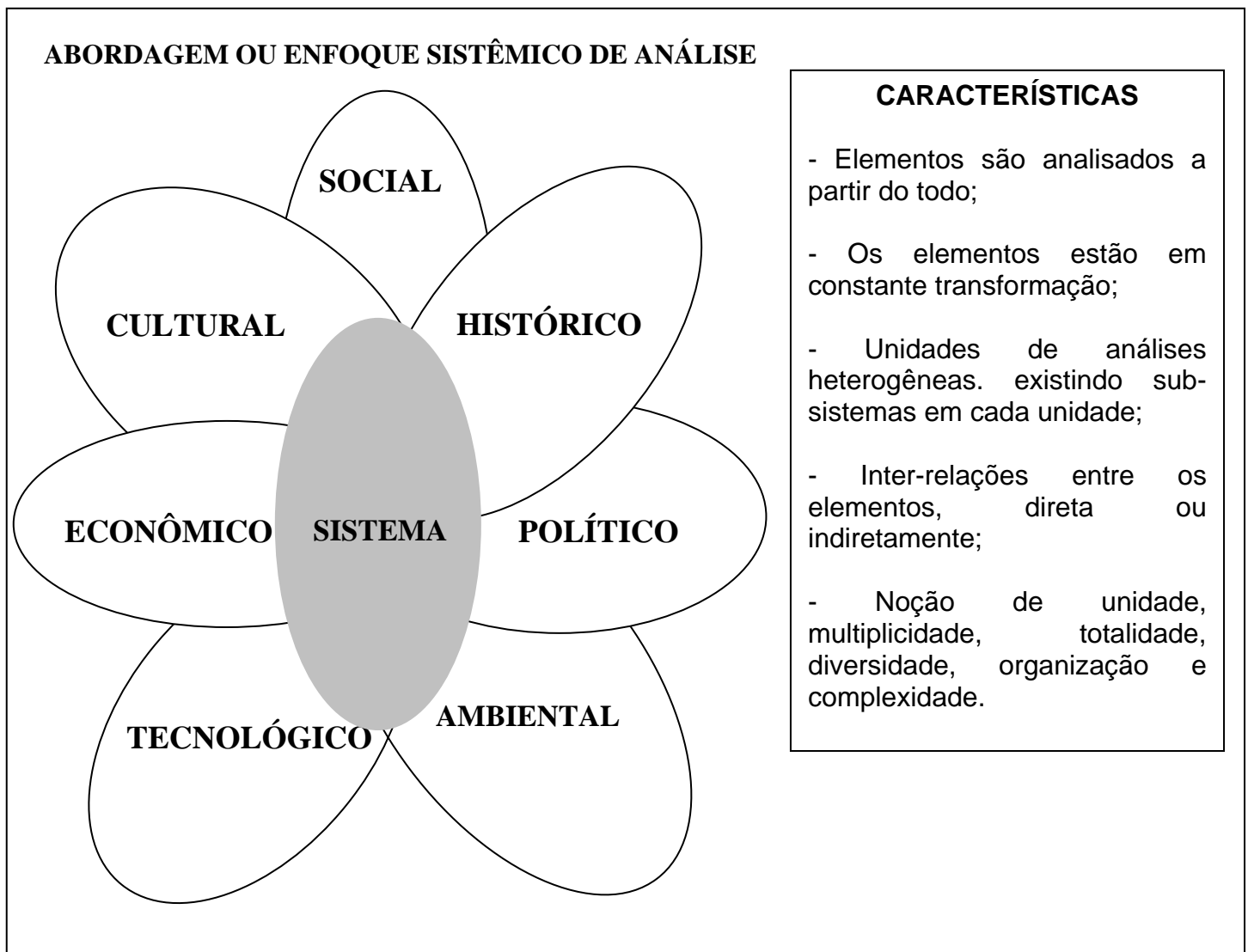


Figura 2- Abordagem sistêmica ou enfoque sistêmico de análise.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

Ao analisar o objeto de estudo deve-se discuti-lo a partir do todo, para isso é fundamental verificar as interações existentes entre os elementos, conforme Morin (1977, p. 101) “A idéia de inter-relação remete para os tipos e as formas de ligação entre elementos ou indivíduos, entre estes elementos / indivíduos e o todo”. Assim, o sistema é uma “unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos” (Morin, 1977, p.100).

Cada unidade do sistema recebe uma imposição, restrições ou sujeições para seu desempenho total, essas advertências fazem com que os elementos percam ou inibam suas qualidades ou propriedades (MORIN, 1977).

Assim, o enfoque sistêmico baseia-se na análise do processo de organização de cada elemento e nas inter-relações entre eles, ou seja, a idéia do todo passa pelas riquezas das interconexões, das interfaces entre os elementos, e não do

número de elementos, não sendo um mero agregado, amontoado ou soma de partes. Desse modo, Bertalanffy (1975) descreveu a Teoria Geral dos Sistemas onde é:

Necessário estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo (BERTALANFFY, 1975, p.53).

Bertalanffy ainda descreve o sistema como sendo uma “totalidade que se baseia na competição entre os seus elementos e pressupõe a luta entre as suas partes” (BERTALANFFY, 1968, p.66 apud MORIN, 1977, p. 117). O sistema é complexo devido as suas interconexões, nesse sentido Morin afirma que:

A complexidade surge, portanto no seio do uno ao mesmo tempo como relatividade, relacionalidade, diversidade, alteridade, duplicidade, ambigüidade, incerteza, antagonismo, e na união destas noções que são umas em relação às outras, complementares, concorrentes e antagônicas (MORIN, 1977,p.141).

Morin (1977) trabalhou com a tese da análise sistêmica para os diversos fenômenos da natureza sendo de ordem (econômico, ambiental, cultural, social, etc) e propôs que os elementos não devem ser analisados de forma isolada uns dos outros e sim analisando suas inter-relações, pois há uma complexidade organizada entre os elementos.

Por esses motivos vistos, a utilização da metodologia sistêmica é peça-chave para o conhecimento da realidade de uma sociedade, pois os conhecimentos globais e históricos são importantes para a análise local de um município, como no caso de Candiota.

Visto está parte teórico-conceitual da metodologia sistêmica⁴ entre esses dois autores, Bertalanffy (1975) e Morin (1977) percebe-se o grande número de variáveis que podem ser averiguadas (Figura 3). Aqui se discutirão os seguintes elementos:

1. Processo histórico de ocupação do Rio Grande do Sul e suas conseqüências:

⁴ Existem vários autores que estudam a teoria da metodologia sistêmica como Ackoff (1959), Churchman (1972), Simon (1965), além de Bertalanffy (1975) e Morin (1977).

- Etnias;
- Estrutura Fundiária;
- Atividades Econômicas;
- Desigualdades Socioeconômicas.

2. Modernização no campo e suas conseqüências:

- Aumento da produtividade e dos financiamentos agrícolas;
- Integração Agropecuária-Indústria;
- Concentração de renda;
- Êxodo rural;
- Desaparecimento da pequena propriedade;
- Surgimento dos movimentos sociais.

3. Assentamentos Rurais e suas conseqüências:

- Redistribuição fundiária;
- Colonização de áreas antes inabitadas;
- Infra-estrutura local;
- Transformações no Ecossistema Natural;
- Oportunidade da melhoria de vida.

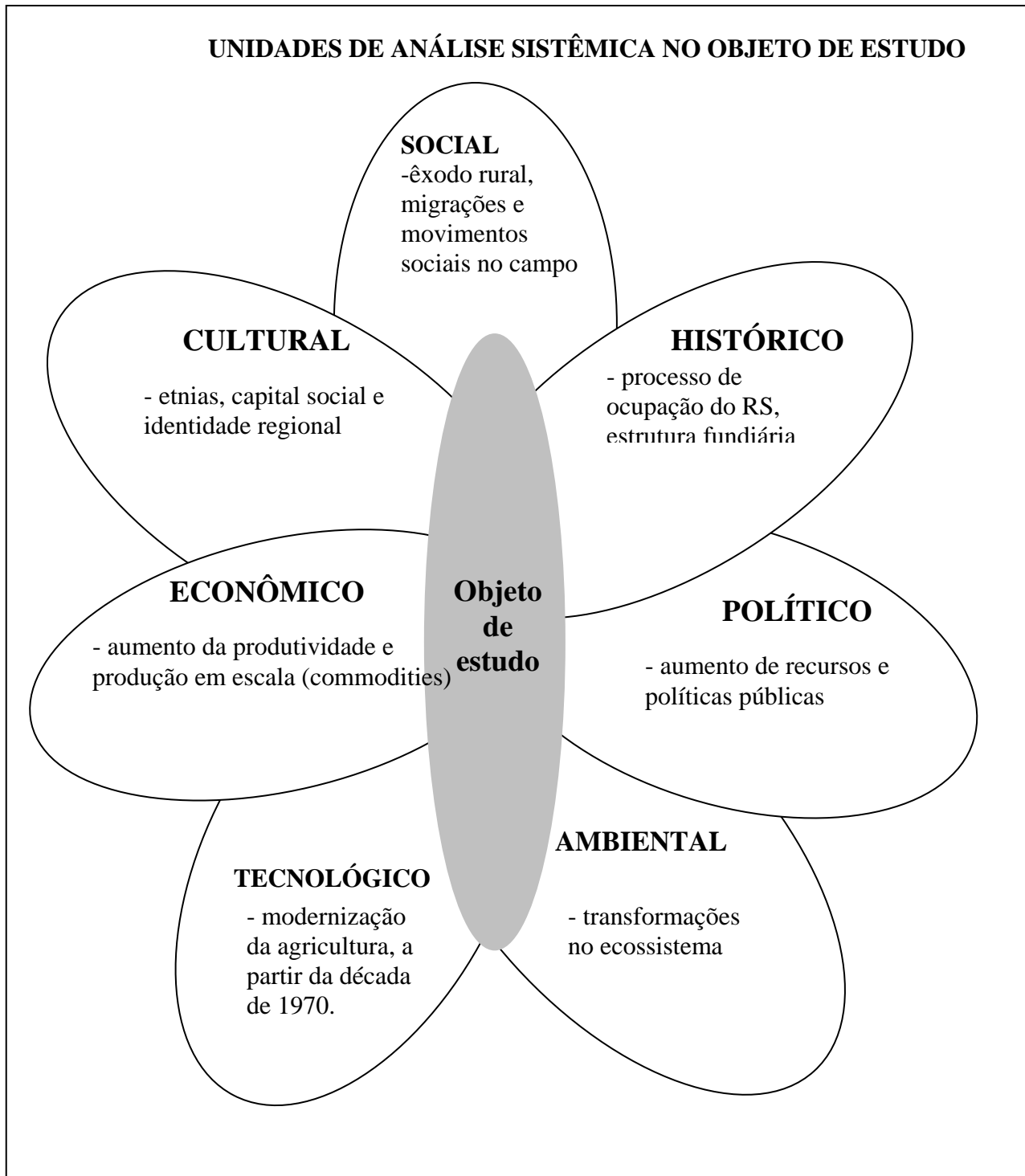


Figura 3- Unidades de análise sistêmica no objeto de estudo.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

1.2. Procedimentos Metodológicos

Para a realização da pesquisa seguiram-se etapas.

Primeiramente, foi feita uma revisão bibliográfica acerca dos assuntos a serem estudados como metodologia sistêmica, questão agrária, processo de evolução da ocupação do Rio Grande do Sul, assentamentos rurais os processos de territorialização do espaço, ou seja, a criação de uma base teórico-conceitual a fim de fundamentar o debate proposto nesta dissertação.

Conforme (FAO / INCRA, 1997, p.17) “a análise global de uma região deve iniciar pela coleta e tratamento dos dados já existentes”. Aqui se incluem documentos históricos, estatísticos e cartográficos existentes em uma primeira tentativa de correlacionar as diferentes variáveis.

Em seguida, a busca de dados estatísticos e informações referentes ao município de Candiota e Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, onde Candiota está inserido, junto ao IBGE, FEE, INCRA e Prefeitura Municipal de Candiota. As informações dos assentamentos rurais de Candiota foram coletadas junto a EMATER-Candiota e EMATER-Bagé.

A pesquisa junto ao município de Candiota para a coleta de dados sobre estrutura fundiária, assentamentos rurais, tipos de produção, educação, saúde, infraestrutura, segurança, assistência técnica e outros indicadores socioeconômicos foram realizadas nos dias 2, 3, 4 e 5 de maio e de 15 a 19 do mesmo mês de 2006, com o auxílio da EMATER-Candiota no transporte e nas informações, e das Secretarias Municipais de Candiota.

Esta outra etapa da investigação baseou-se na pesquisa qualitativa, com a coleta de dados através de entrevistas semi-estruturadas, junto a informantes qualificados de diferentes setores da sociedade, para a captação de informações sobre as mudanças ocorridas após a inserção dos assentamentos rurais no município de Candiota. Além de entrevistas com dois assentados: o primeiro assentado que reside desde 1989 no primeiro assentamento do município, e o outro assentado residente desde 2002.

A escolha dessa etapa em ser de forma qualitativa teve como princípio, a riqueza de detalhes adquiridos em entrevistas não estruturadas, a opção do informante em relatar o que sente naquele momento, não ficando restrito a opções pré-determinadas. A respeito da principal característica da pesquisa qualitativa

(PATTON, 1986 apud ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998,p.131) afirmam que:

é o fato de que estas seguem a tradição 'compreensiva' ou interpretativa...estas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado.

Desse modo, "O processo de pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve na interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente" (TRIVIÑOS, 1987, p.137). Sendo de ordem qualitativa supõe o contato direto e contínuo do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada por um trabalho intensivo de campo, para isso buscou-se fazer entrevistas com representantes de cada elementos ou unidade do sistema propostos na pesquisa.

O material obtido nas coletas de dados nessas pesquisas são predominantemente descritivos e rico em descrições de pessoas, citações, acontecimentos; incluindo transições de entrevistas e depoimentos. Citações são freqüentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista. Todos os dados da realidade são importantes. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986).

Para a coleta das informações em pesquisas qualitativas Triviños (1987) ressalta que a entrevista semi-estruturada é um dos principais meios que o investigador dispõe. Conforme esse mesmo autor, a entrevista semi-estruturada é entendida como:

(...) aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Assim, a entrevista semi-estruturada não tem um rigor quantitativo e estruturado, permitindo deste modo que o entrevistador faça as necessárias adaptações no desenvolvimento da entrevista e da investigação. De um modo geral, as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem uma ordem

rigidamente estabelecida para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998).

A utilização de entrevistas semi-estruturadas para a obtenção de dados mais precisos é o procedimento adotado nesta investigação, que conforme Gil (1999), a entrevista pode ser definida como uma técnica onde o investigador apresenta-se frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obter os dados que interessam à pesquisa. Sendo esta uma das técnicas mais utilizadas no âmbito das ciências sociais.

A respeito do número de entrevistados, a rigor, não existe necessidade de definir uma amostra, porque o que importa é o significado de uma informação para a situação avaliada e não a quantidade de informantes que repetem essa mesma informação ou o número de vezes em que ela aparece. Anexar transcrições completas de parte das entrevistas, para que o leitor possa ter acesso ao chamado “material bruto” e tirar suas conclusões, também pode funcionar como estratégia a ser empreendida nessa mesma direção (DUARTE, 2002).

Com relação ao número de entrevistados e das variáveis a serem analisadas, será realizado um estudo sobre os itens relevantes a pesquisa que se inserem na metodologia proposta, pois como afirma Claval (1978) a respeito das informações coletadas em uma pesquisa:

Os dados indispensáveis para apreender a totalidade do espaço da atividade são tão numerosos que é ilusório esperar, um dia, colhê-los a todos: no fim seriam necessários tantos inquiridores para anotar deslocamentos e atividades quantas há na sociedade. O estudo é conduzido sob forma de uma amostragem que evita torná-lo demasiado pesado (p.25-26).

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a profissionais de órgãos públicos de assistência técnica (EMATER de Candiota), Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Ação Social e Meio Ambiente, Cooperativas dos Assentados da Reforma Agrária e do Ex-Prefeito que assumiu no primeiro ano de emancipação e que governou por oito anos o município de Candiota. Essas entrevistas visam consultar as iniciativas tomadas junto aos assentamentos rurais, e identificar as mudanças ocorridas no sistema socioeconômico municipal após a implantação desses.

A entrevista semi-estruturada aplicada também junto a famílias dos assentamentos rurais que foram implantados no ano de 1989 e no ano de 2002, para uma análise da mudança ocorrida aos primeiros, suas dificuldades iniciais e a condição atual de vida.

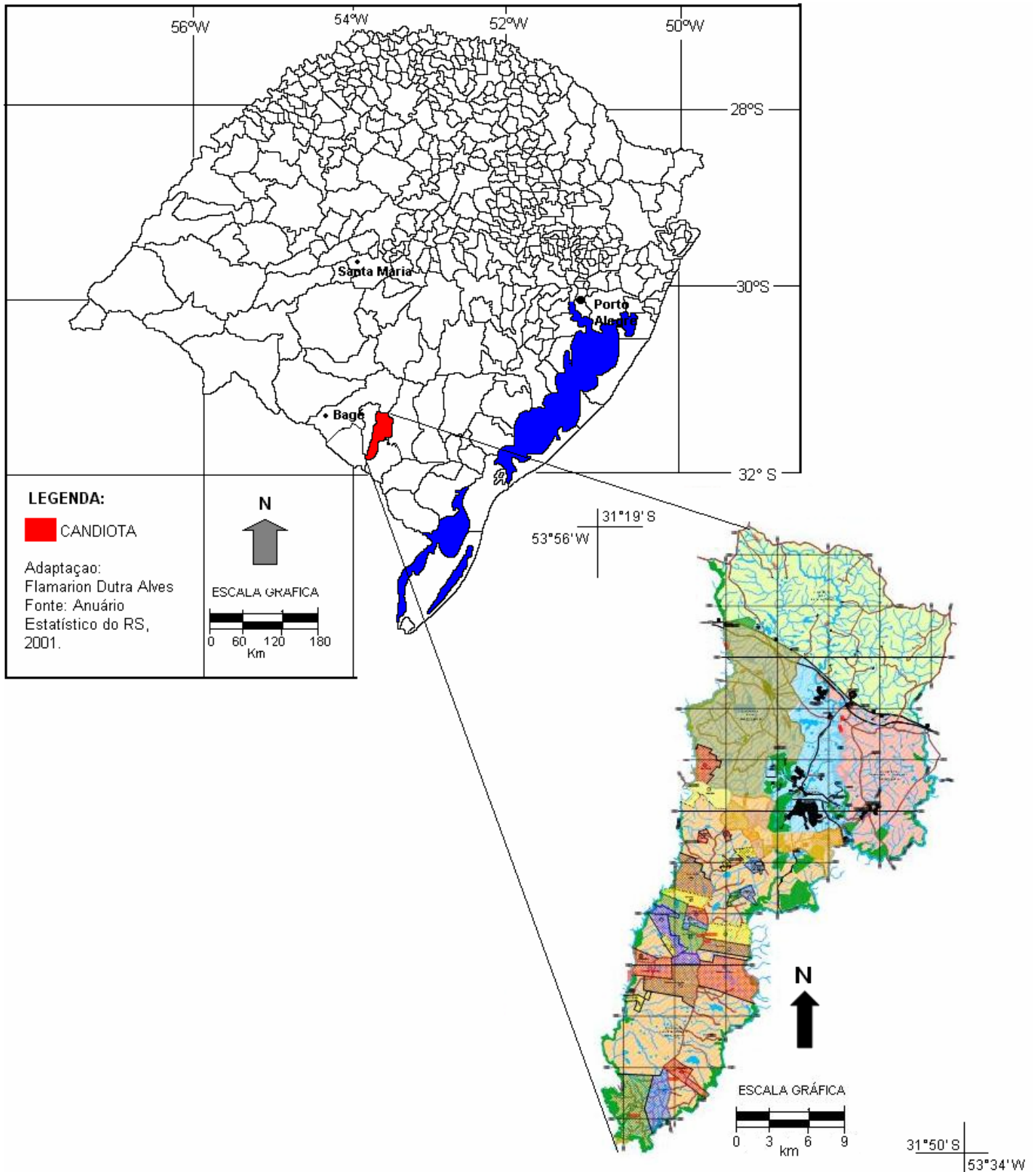
1.3 - Caracterização da área estudada

A escolha do município de Candiota para ser o objeto de estudo se deve por esse município estar localizado na região da Campanha Gaúcha, local onde predominam as grandes propriedades rurais, além desse município contar com a presença de vinte e cinco assentamentos rurais, no qual ocupam 16,3% da área municipal. Desse modo, surge à importância de analisar os impactos territoriais e socioeconômicos dos assentamentos rurais em Candiota.

1.3.1. - População

O cenário da pesquisa tem como universo o município de Candiota (Mapa 1), localizado no sul do Rio Grande do Sul. Candiota têm uma área de 1.275,92 km², correspondendo 141 km² de zona urbana e 1.134 km² de zona rural, apresentando uma população de 9.368 habitantes (IBGE, 2006), sendo que 5.787 habitantes residem na zona rural e 3.581 na zona urbana (Gráfico 1), e apresentando uma densidade demográfica de 7,34 hab/ km². Em Candiota, os vinte e cinco assentamentos estão localizados na região central e ao sul do município.

Emancipado em 24 de março de 1992 foi constituído por áreas pertencentes aos municípios de Bagé e Pinheiro Machado tendo 930 km² originalmente, porém, a partir de 1994 iniciou-se na localidade de Jaguarão Grande, que fazia parte do município de Hulha Negra, um processo de anexação daquela localidade para Candiota, pela proximidade da sede do município vizinho e sem uma identidade histórico-cultural com Hulha Negra, essa área foi anexada a Candiota em 1º de maio de 1996, aumentando em 345,84 km² a área territorial de Candiota.



Mapa 1 - Localização do município de Candiota, RS.

No ano de emancipação de Candiota, cerca de 62% da população vivia no espaço rural, e em 2005 esse padrão ainda permanece semelhante, com 61% da população residindo no espaço rural.

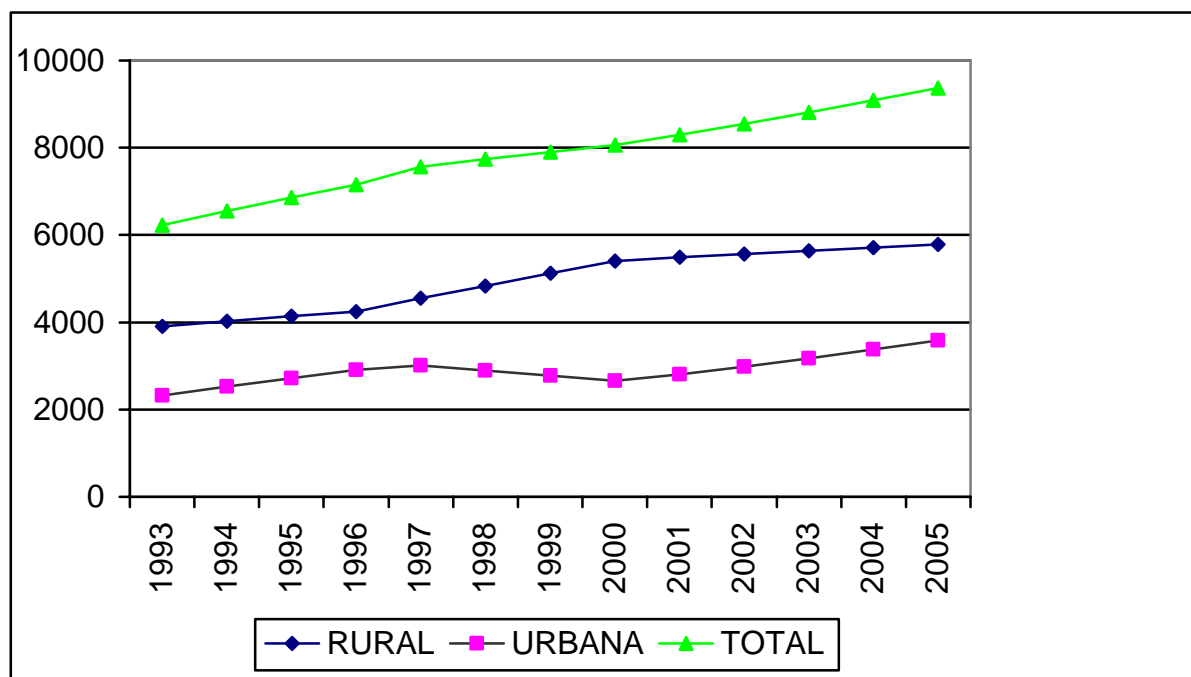


Gráfico 1- Evolução da população rural e urbana no município de Candiota, 1993-2005.
Fonte: IBGE, Censos Demográficos, FEE.

Candiota apresenta cinco núcleos urbanos dispersos entre si, dificultando uma integração desses. Há o núcleo de Seival, no qual é o povoado mais antigo do município, distante 13,7 Km da sede. Originário da Capela Santa Rosa de Lima, desenvolvido no auge da charqueada de Santa Rosa, e estabelecido devido à estação ferroviária.

A sede do município fica no núcleo de Dario Lassance, desde 1992, ano de emancipação Político-Administrativa do Município, e que ampliada a partir da necessidade da empresa Companhia Riograndense de Mineração (CRM), alugar seus funcionários, que diariamente trabalham na mineração de Carvão, utilizado como matéria prima para a Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CGTEE).

Outro núcleo denomina-se Vila Residencial, criada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), para alugar os funcionários da Usina Termelétrica Candiota I, hoje desativada. Distante a 5 km da sede do Município. O quarto núcleo do município é a Vila Operária construída pela CEEE para abrigar os trabalhadores

da fase B da Usina Termelétrica Presidente Médici, distante a 10 km da sede. E por fim, o quinto núcleo de destaque no município é a Vila João Emílio é o mais recente, surgido a partir de loteamento residencial, distante 7,2 km da sede (EMATER, 2006).

Existem ainda, outros pequenos núcleos habitacionais como, Vila Iraí, Vila São Simão e Vila Engenheiro Guimarães.

1.3.2. - Economia

A economia de Candiota tem como característica a grande influência da indústria local, movida pelas jazidas de carvão que são exploradas para a geração de energia elétrica pela Companhia Riograndense de Mineração, Companhia Estadual de Energia Elétrica e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica.

Por esse motivo, a participação da indústria na economia local é acentuado e assim, o Produto Interno Bruto (PIB) do município é um dos maiores do Rio Grande do Sul (Tabela 1).

Tabela 1- Valor Adicionado Bruto (VAB) e PIB Total, em mil reais, no município de Candiota, 1996-2003.

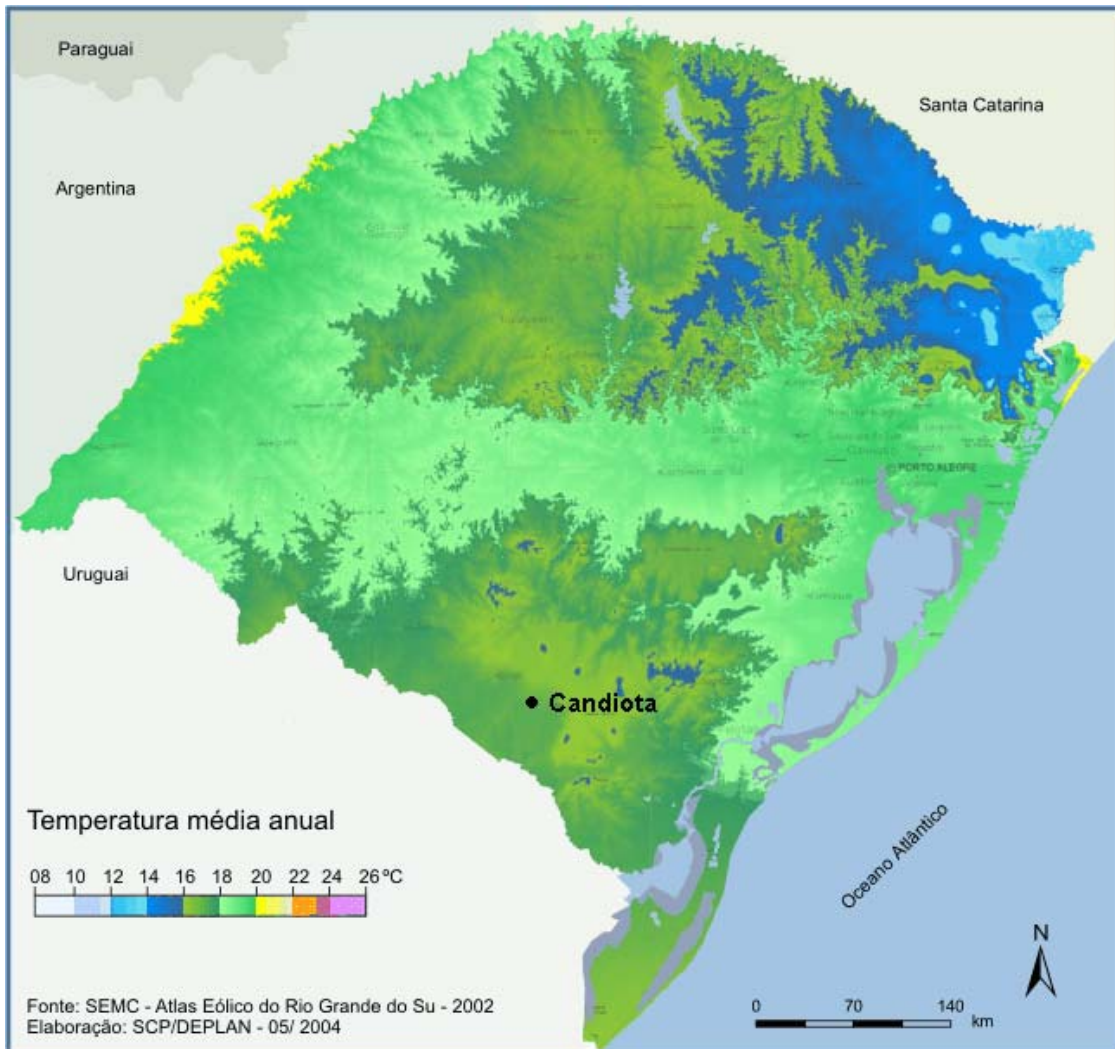
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
VAB	8.022	8.202	11.805	11.805	12.032	12.738	15.558	22.109
agropecuária								
VAB	31.601	31.454	31.956	22.502	22.656	27.890	44.749	32.638
serviços								
VAB	34.634	26.636	25.980	39.144	36.790	74.146	99.456	104.100
indústria								
VAB	74.257	66.292	69.741	73.451	71.478	114.774	145.763	158.847
TOTAL								
PIB TOTAL	78.575	70.249	73.283	81.032	82.137	128.784	159.309	172.901

Fonte: FEE.

1.3.3. - Aspectos Físicos de Candiota

Candiota está situado entre a latitude 31° e 32° Sul, apresentando o Clima subtropical úmido, com verões quentes, tipo Cfa segundo classificação de Koopen. A

temperatura média anual é de 17,2° C (Mapa 2), sendo a média do mês mais quente 24,2° C em fevereiro e a média do mês mais frio 12,2° C em julho. A temperatura máxima absoluta registrada foi de 45° C e a mínima -2,0° C (EMATER, 2006).

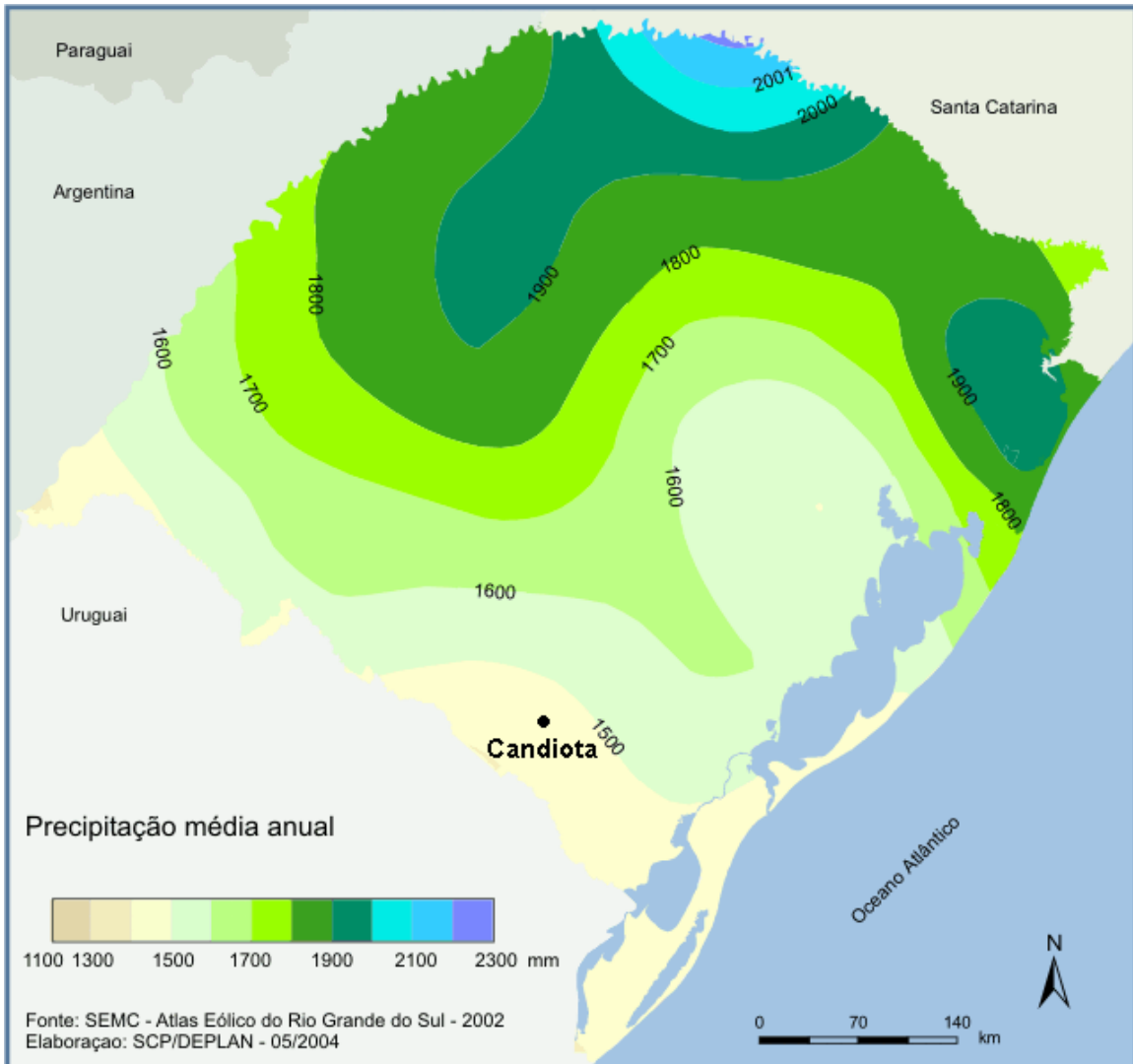


Mapa 2 - Temperatura média anual no Rio Grande do Sul.

A formação de geadas no município, frequentemente ocorre no período de abril a outubro, incluindo-os. As geadas mais severas verificam-se de junho a agosto, em geral.

As estações do ano são bem definidas com verões quentes e secos, e invernos frios e chuvosos. A média pluviométrica anual é de 1.404 mm. São comuns períodos de estiagem, principalmente na primavera/verão, intensificados pela alta taxa de insolação e ventos constantes. O município de Candiota está situado na

região de menor índice pluviométrico do Rio Grande do Sul, no qual varia de 1400 mm a 1500 mm (Mapa 3).



Mapa 3- Precipitação média anual no Rio Grande do Sul.

São freqüentes períodos de estiagem na Região da Campanha (Gráfico 2), inclusive com precipitação inferior a 1000 mm no ano dificultando a produção agropecuária que necessite um consumo regular de água. Além de índices próximos a 1000 mm por ano, outra situação típica nessa região é a irregularidade das chuvas, com longos períodos sem precipitação.

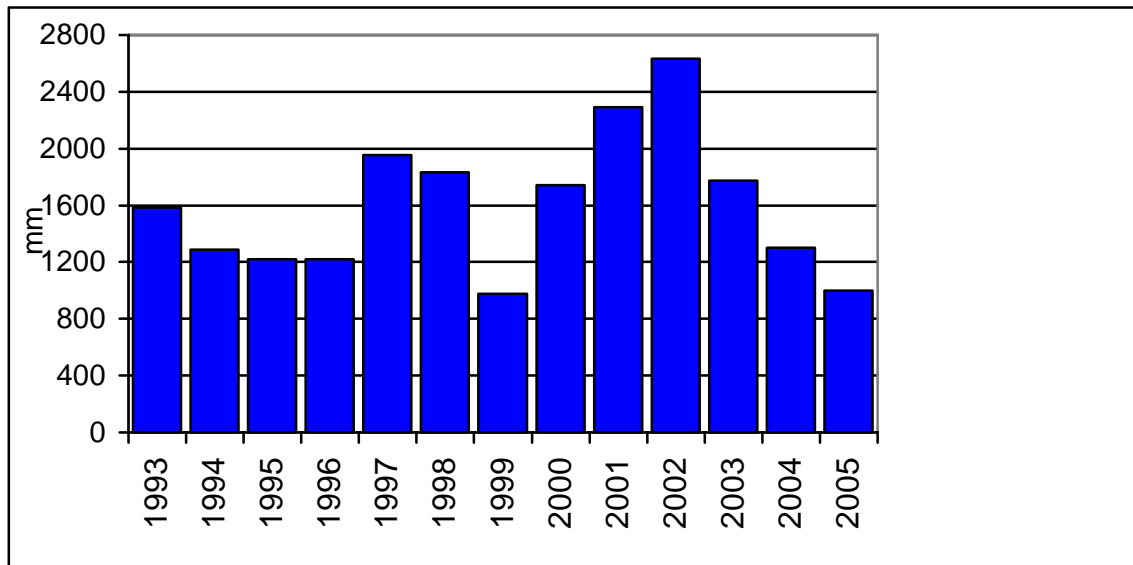


Gráfico 2 - Precipitação anual na região de Bagé no período de 1993-2005.
 Fonte: Defesa Civil do RS. Disponível em: <www.defesacivil.rs.gov.br>

O município de Candiota está localizado ao Sul do Planalto Sul-Riograndense⁵ e também ocupa uma porção da Depressão Periférica Sul-Riograndense, por isso sua altitude varia de 80 a 260 metros (Mapa 4).



Mapa 4 - Altitude do Estado do Rio Grande do Sul.

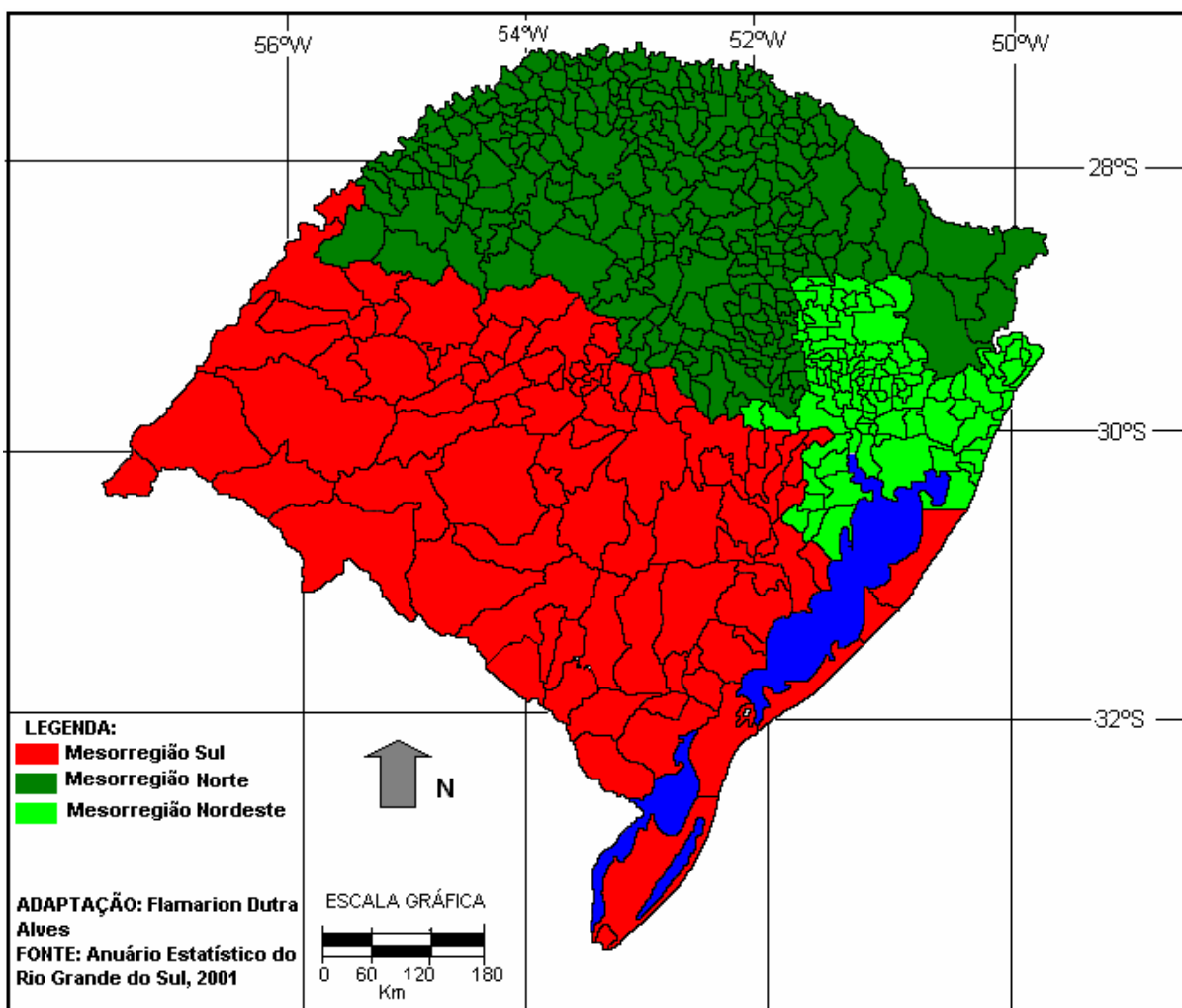
⁵ Chamado também de Serra do Sudeste ou Escudo Cristalino Sul-Riograndense.

2- A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA: ALGUNS ELEMENTOS DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

Neste capítulo serão analisadas as desigualdades regionais do Rio Grande do Sul dando enfoque ao processo histórico da ocupação territorial e as atividades econômicas presentes, principalmente a agropecuária, buscando relacionar com a estrutura fundiária. O objetivo de mostrar a evolução da ocupação territorial do Rio Grande do Sul visa identificar os tipos de estrutura fundiária existentes nos municípios, em especial da Mesorregião Sul fazendo um paralelo com os da Mesorregião Norte e Nordeste do Estado (Mapa 5).

Alonso et. al. (1994) propõem, a subdivisão do estado em três Regiões: A Sul, onde predominam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura de arroz. A Norte, predominantemente agrária, caracterizada pelas pequenas e médias propriedades, onde a produção inicialmente diversificada cedeu espaço para as lavouras mecanizadas de trigo e soja. E a última região, a Nordeste, que se caracteriza pela presença de vários setores industriais, além de grandes concentrações urbanas. Estas duas últimas constituem a chamada Metade Norte do Rio Grande do Sul.

A ocupação do território gaúcho ocorreu em etapas, no qual diferentes agentes colonizadores, em épocas distintas, se inseriram no espaço gaúcho determinando as várias culturas existentes no estado do Rio Grande do Sul. Esta diferença de colonização trás consigo uma bagagem de atributos como, atividades econômicas praticadas, densidade demográfica, tamanho das propriedades, sistemas produtivos entre outros, caracterizando diferentes formas de exploração do espaço. Assim, esta primeira parte trará as etapas da evolução da ocupação do território gaúcho contrapondo a questão fundiária do Estado.



Mapa 5. Localização da Mesorregião Sul, Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul.

2.1. Processo de evolução da ocupação e colonização do Estado do Rio Grande do Sul

A ocupação do território gaúcho pelos europeus deu-se no século XVII, por volta de 1626, através dos jesuítas a serviço da Coroa Espanhola. A porção noroeste do Rio Grande do Sul, hoje denominada Missões, foi o local onde os padres jesuítas fundaram os primeiros núcleos estáveis no espaço sul-rio-grandense, no qual os índios¹¹ foram os primeiros habitantes, sobre esse assunto Roche (1969, p.28) descreve que os “jesuítas reuniram os índios em reduções onde praticavam a agricultura”, e ainda introduziu os gados bovino e ovino, dando início à

¹¹ Guaranis, Charruas e Guaianas (FORTES, 1981).

atividade pecuária. Dessas reduções surgiram os Sete Povos das Missões¹² tornando-se um centro econômico importante tendo como atividades à produção de erva-mate, extração de couro e pecuária.

Dessa forma, a primeira etapa da ocupação do território gaúcho foi realizada pelos padres jesuítas em favor da coroa espanhola fazendo dos índios força de trabalho especializada. O que atraiu o interesse dos Bandeirantes vindos de São Paulo que buscavam escravos para as empresas e para agricultura lá existente, dizimando assim, esta sociedade que havia sido estabelecida no território gaúcho (QUEVEDO DOS SANTOS, 1993).

Um século após a ocupação espanhola ocorre à portuguesa, na qual, se inicia a constituição da dinâmica socioeconômica do Rio Grande do Sul a partir do primeiro quarto do século XVIII, com a distribuição de sesmarias nas áreas de fronteiras com Argentina e Uruguai. Sobre as sesmarias Martins (1997, p. 13-14) crê que este sistema era desigual e injusto, pois somente as pessoas que fossem “brancas, puras de sangue e católicas” poderiam receber a posse de um título de sesmaria. Então, “o acesso a terra estava interdito aos hereges e aos gentios, aos negros, aos mouros e aos judeus”.

Esta foi à estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para garantir a posse e defesa das terras localizadas ao sul de sua colônia, constituindo alojamentos de acampamentos militares e construções de fortes, assim como, a distribuição de sesmarias (com área de até 13.068 ha) a pessoas de prestígio e, ou militares de maior patente sendo profundamente segregador, raramente atenderam ao caráter social da distribuição das terras (COSTA, 1988).

Desse modo, a Metade Sul foi a primeira a ser ocupada a partir do século XVII por imigrantes ibéricos e aventureiros paulistas, formando uma estrutura fundiária de grandes propriedades de pecuária extensiva, através de doações de sesmarias provocando uma pobreza estrutural pela restrição de acesso a terra para a maioria da população que vagava pelos pampas à busca de uma ocupação (TORRONTÉGUY, 1994).

Muitos autores (Brum, 1987; Costa, 1988; Pesavento, 1997) vêem na doação de sesmarias e na expansão da pecuária, os marcos na formação da estrutura

¹² No total, foram 30 povos missioneiros. Destes, sete localizavam-se no Rio Grande do Sul, 13 no Paraguai e 10 na Argentina. Os Sete Povos das Missões foram: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. (SEHN e ILHA, 2000)

fundiária gaúcha, como a única forma de viabilizar a ocupação e defesa do território, levando em conta a extensão de terras e escassez de elementos povoadores.

Na metade do mesmo século, com o intuito de ocupar o território, a Coroa Portuguesa envia centenas de famílias açorianas a porção sul do Estado. Estas famílias sofrem dez anos de abandono e penúria, os que sobreviveram receberam propriedades rurais. Estas propriedades, chamadas “datas”, eram de tamanho menor, aproximadamente 900 hectares e se destinavam à agricultura, com o objetivo de diversificar a produção pastoril, principalmente a produção do trigo, para abastecer a Colônia (BRUM, 1987).

Assim essas duas frentes foram as primeiras a ocuparem a Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, o que delineou a formação sociocultural dessa região, baseada na atividade pecuária em propriedades de grandes extensões territoriais.

Segundo Heidrich (2000), a Campanha gaúcha é o território mais expressivo da Metade Sul e que ocupa grande parte de sua totalidade regional se caracterizando pela atividade pastoril, concentração fundiária e índice de densidade demográfica pouco significativo. Nas reflexões do autor, trata-se de um espaço regional situado no sudoeste do Rio Grande do Sul, tendo como característica principal a presença de campos nativos, os quais particularizam a paisagem como sendo o Bioma do Pampa Gaúcho. Nele a ocupação humana, aproveitando os recursos do meio ambiente desenvolveu a economia da pecuária de corte utilizando-se de sistema de produção extensivo e extensivo-intenso.

Os pedidos e concessões de sesmarias para a formação de estâncias ocorreram durante o século XIX, fazendo com que as terras antes devolutas ficassem legais, formando a propriedade privada. Os maiores beneficiados eram os tropeiros e os militares reformados que recebiam terras como gratificação por serviços prestados. As sesmarias eram terras devolutas, medindo três léguas, o equivalente a 1.080 hectares. Porém, existiam estâncias com 30 léguas. A primeira concessão foi feita em 1732 e por volta de 1803 à Campanha gaúcha já estava totalmente repartida entre aproximadamente 500 grandes proprietários. Acrescenta-se a isso a forma não democrática de distribuição das sesmarias. Quem não possuísse propriedade, de acordo com a legislação portuguesa, não poderia receber sesmaria.

Dessa forma, os menos favorecidos não tinham o direito de receber direitos de propriedade, autenticando o predomínio do latifúndio e as fortes barreiras para o acesso a terra. Com isso, a posse de uma sesmaria constituía em poderes econômicos, sociais e políticos. Em torno do grande proprietário reuniam-se os que trabalhavam sob suas ordens, os que necessitavam de sua proteção, até mesmo os que tinham medo de sua força (ROCHE, 1969).

A partir da metade do século XIX, a Mesorregião Sul era a região de maior dinamismo da economia do Estado, pois ela articulava-se com a economia do centro do país através do fornecimento de charque, alimento consumido pelos escravos e pelas camadas mais pobres das populações urbanas.

Sobre o charque no Rio Grande do Sul:

Viabilizou economicamente a efetiva ocupação do território gaúcho e ajudou a construir a prosperidade em Pelotas, núcleo onde se encontrava o maior número de charqueadas, e de Rio Grande, porto através do qual o produto era exportado, que eram os principais centros urbanos da região Sul (ALONSO e BANDEIRA, 1990, p.71).

A sociedade constituída pela pecuária e pelo charque na Mesorregião Sul caracterizava-se pela concentração da propriedade e da renda, existindo um reduzido número de assalariados, já que a pecuária não exigia grande contingente de mão-de-obra. Assim, a grande propriedade concentrada na posse de poucos proprietários e a forma como se organizou o trabalho gerou duas classes bem distintas e fortemente hierarquizadas: a dos estancieiros (proprietários) e a dos peões (dependentes). Alguns milhares de grandes proprietários eram donos de terras e utilizava nas estâncias de criação o trabalho dos peões, além de escravos para os serviços domésticos, no trabalho pesado das charqueadas predominava o braço escravo (BRUM, 1987).

Ao abordar a ocupação nas áreas de fronteira do Rio Grande do Sul, Caio Prado Júnior diz que:

No início do século XIX, estabelecem-se as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde mercê das guerras se concentra a população constituída a princípio quase exclusivamente de militares e guerrilheiros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. O abuso não tardou, e apesar da limitação legal das concessões (3 léguas, equivalentes

a 108 km², para cada concessionário), formam-se propriedades mostruosas (PRADO JÚNIOR, 1985, p.96-97).

A apropriação militar da terra, como se assistiu, foi acompanhado da expansão econômica da pecuária sulina, oportunizando o enriquecimento de sua camada senhorial, ou seja, o fortalecimento dos pecuaristas tendeu a se expressar também no plano político-administrativo (PESAVENTO, 1997).

Desse modo, o estabelecimento das primeiras propriedades instaladas no território gaúcho foram realizadas de formas desiguais, privilegiando poucas pessoas, geralmente militares e tropeiros, além dessas propriedades terem uma área muito grande, associadas à atividade pecuarista, estes fatores vieram a ocasionar uma pequena densidade demográfica na região sul do Rio Grande do Sul, formando “lacunas” entre uma cidade e outra.

A doação de sesmarias no Brasil cessa-se a partir da Lei de 1822, levando a intensificação da posse e a aglutinação desordenada das terras por particulares paralelamente aos objetivos de povoamento e de defesa do território, surgiu a necessidade de adequarem-se as províncias à reorganização geral da economia brasileira, que se conduzia pelas novas diretrizes do capitalismo internacional. E para atender a este princípio econômico ocorreu a política imigratória cujos objetivos básicos eram os de criar o trabalho livre nas áreas de produção para a exportação e de um mercado interno consumidor, além de contribuir com o povoamento estratégico de regiões periféricas.

Com base em uma nova política imigratória, fundada nas linhas do capitalismo internacional, o Rio Grande do Sul em 1824¹³, recebe a primeira leva de imigrantes alemães (total de 38 indivíduos) no município de São Leopoldo. Cada família recebeu um lote de 77 hectares como livre propriedade, isenção de qualquer tipo de imposto ou prestação de serviço pelo prazo de dez anos. A partir de 1851, estes lotes diminuíram de 77 para 48,4 hectares e, em 1889, para 25 hectares, esta unidade era chamada de “lote colonial” (ROCHE, 1969).

Estes imigrantes provenientes da Alemanha vieram de seu país, no qual vivia uma situação de tensão social, com o intuito de povoar áreas antes desabitadas (formação de colônias) e que produzissem gêneros alimentícios necessários para o consumo interno do Brasil. O primeiro fluxo de imigrantes deu em 1824, o segundo

¹³ De 1824 a 1830, chegaram ao Rio Grande do Sul cerca de cinco mil (5000) imigrantes alemães.

em 1845, em todo o século XIX foram criadas 142 colônias no Rio Grande do Sul, principalmente no Vale dos Sinos (QUEVEDOS DOS SANTOS e TAMANGUEVIS, 1990).

A outra fase de colonização do território gaúcho venho com os imigrantes italianos no final do século XIX, 1875, no qual tem-se início a última etapa de povoamento do Rio Grande do Sul, onde estes imigrantes:

Vão se localizar nas terras devolutas do Império, situadas na encosta superior do Planalto. A vinda dos imigrantes está ligada ao processo de substituição da mão-de-obra e a política de imigração e colonização do Governo Imperial (GIRON, 1980, p.47).

Giron (1980, p. 51-52) explica que os processos de emigração da Itália ocorreram devidos aos “excessos populacionais, esgotamento de terras, as crises agrícolas, a política fiscal, o desflorestamento, a política comercial”.

Os imigrantes italianos até o início do século XX, já chegavam a aproximadamente oitenta e quatro mil colonos (84.000), esses se concentraram em pequenas propriedades nas áreas do Planalto, porções norte e nordeste do Estado. Assim colonizava-se para ocupar vazios demográficos, para firmar a ocupação de terrenos. Coloniza-se para abrir e proteger a navegação de rios, defender fronteiras, aumentar a produção de gêneros que estão em míngua e finalmente até para dirigir a atividade de certas classes. A colonização assim encarada compreende diversas formas e aproveita diversos elementos (AZEVEDO, 1975).

Portanto, no século XIX, o Rio Grande do Sul foi influenciado pelo processo de assentamento da imigração européia, inicialmente alemã (1824), e posteriormente italiana (1875), alocadas principalmente na região nordeste do território gaúcho. Como efeito, esta área tornou-se mais dinâmica, embora a pecuária praticada no sul do Estado continuasse tendo uma forte influência no setor econômico e político. A diversificação industrial e a crescente urbanização do eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, tornou esta região distinta da área de agricultura diversificada do norte do Rio Grande do Sul, tornando-a mais atrativa aos empreendedores.

O norte do Rio Grande do Sul foi povoado basicamente através da ampliação das áreas coloniais alemãs e italianas, e da chegada de novos grupos étnicos a partir de 1900, como Russos, Poloneses e Suíços. A produção diversificada das

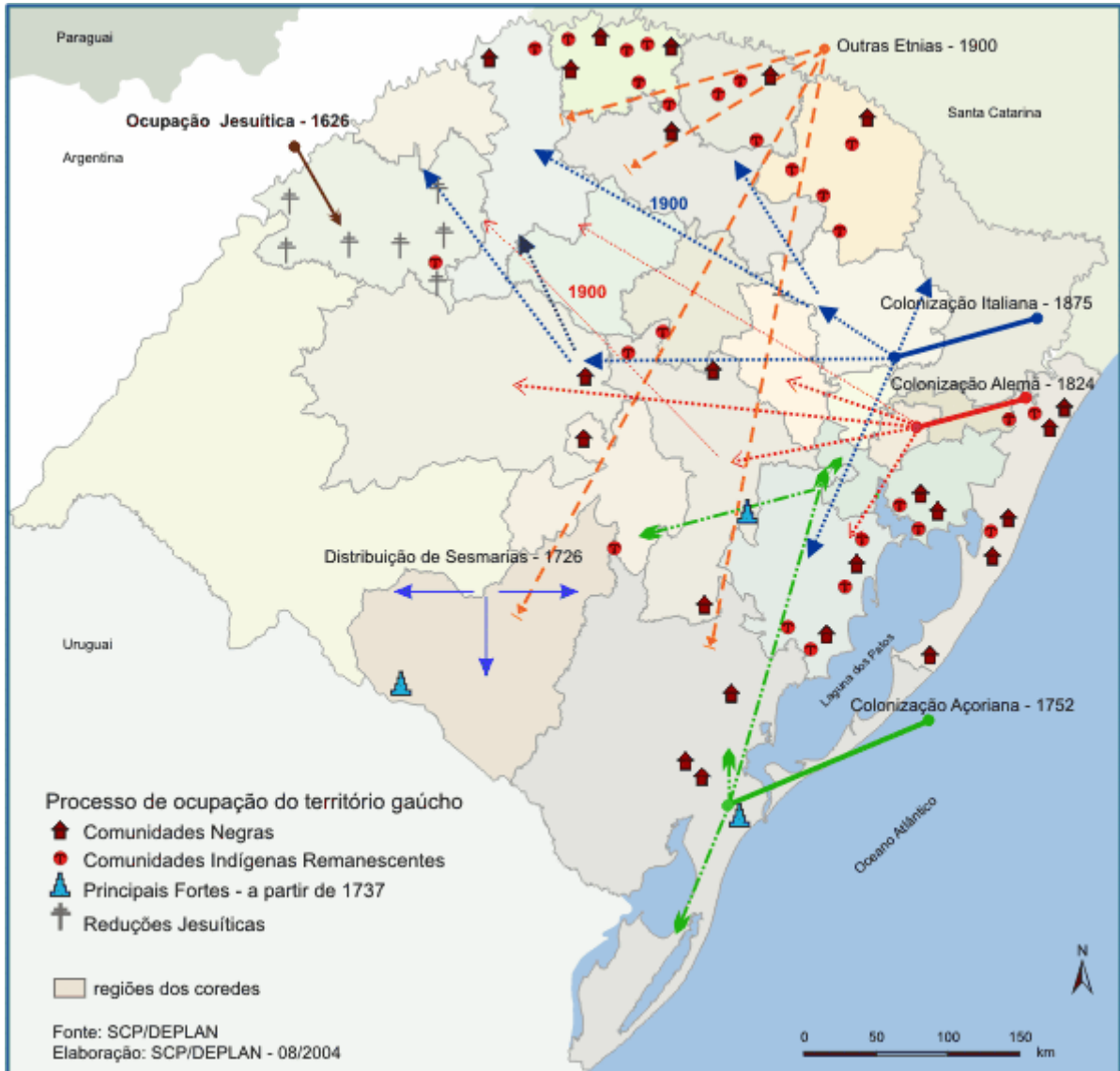
pequenas propriedades criou uma distribuição de renda menos concentrada resultando uma rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si. Assim a colonização ítalo-alemã se concentrou na Metade Norte¹⁴ do Estado no qual foi ocupada principalmente por agricultores familiares e artesãos a partir de meados do século XIX, e posteriormente por seus descendentes, caracterizando uma estrutura fundiária baseada na agricultura familiar em pequenos lotes (BROSE, 1999).

Assim, a ocupação do Estado do Rio Grande do Sul dividiu-se em etapas (Mapa 6), a primeira ocorrida na Mesorregião Sul se caracterizando pela grande propriedade, distribuição de renda mais concentrada, pecuária e baixa densidade demográfica, resultando em núcleos urbanos mais distantes uns dos outros. A outra etapa de ocupação foi realizado na Mesorregião Nordeste e Norte se caracterizando pela pequena propriedade, produção diversificada (policultura), distribuição de renda menos concentrada e densidade demográfica mais elevada, resultando em uma proximidade dos municípios.

Generalizou-se a idéia de que as diferentes formas de ocupação do território sul-rio-grandense aliado a fatores de origem étnica da colonização, foram determinantes da dicotomia do desenvolvimento entre a Metade Sul e Norte. Isto se deve muito às comparações que foram realizadas, entre as diferentes formas de ocupação das duas regiões. Na Metade Sul a formação de propriedades com grandes extensões de terra e a origem luso-brasileira dos primeiros habitantes foi condicionante, já na Metade Norte, o processo de ocupação se deu através de pequenas áreas coloniais constituídas basicamente por colonizadores imigrantes alemães e italianos. (ROCHA, 1999).

Costa (1988) ressalta que os maiores municípios também são os mais antigos do Estado e que suas emancipações ocorreram até o final do séc. XIX. Associando densidade demográfica, estrutura fundiária e vegetação evidenciam-se contrastes muito nítidos. Metade Sul com grandes e poucos municípios, contrapondo-se, a Metade Norte que apresenta uma malha municipal repleta de pequenas unidades territoriais a partir do norte de Porto Alegre e por todo o centro-norte do Estado.

¹⁴ Alguns autores consideram uma divisão do Rio Grande do Sul em Metade Norte e Metade Sul. Sendo que a Metade Norte engloba a Mesorregião Norte e Nordeste.



Mapa 6- Evolução do processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul.

2.2. Discussões sobre a desigualdade regional no Estado do Rio Grande do Sul

A Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul tem se destacado nas discussões sobre o desenvolvimento regional, sendo considerada menos desenvolvida em relação a Mesorregião Nordeste e Norte do Estado. Os principais problemas estão associados às características de base econômica, ligada a atividades pouco dinâmicas e de pequeno potencial para criação de empregos diretos e indiretos, como é o caso da pecuária extensiva, além da estrutura fundiária concentrada existente na Metade Sul (LÜBECK e SCHNEIDER, 2003).

O imigrante foi um dos elementos decisório nas desigualdades regionais que assolam a Metade Sul na visão de Bandeira :

A imigração criou, na maior parte da metade norte do Estado (...) uma sociedade bastante distinta da do sul. A pequena propriedade, aliada a uma agricultura diversificada, gerou uma distribuição de renda menos concentrada. Ao invés de um grupo diminuto de grandes proprietários ricos e de um contingente relativamente reduzido de assalariados de baixa renda, no norte havia um número grande de pequenos proprietários que, algum tempo após o assentamento, passavam a ter uma renda monetária relativamente expressiva, oriunda da venda da produção que excedia suas necessidades de subsistência. O padrão mais concentrado de assentamento rural resultava, além disso, em uma densidade demográfica muito maior. A rede urbana era, por sua parte, também muito diferente da do sul, sendo constituída por um número expressivo de centros pequenos, situados à escassa distância uns dos outros (BANDEIRA, 2003 p.523).

Conforme o autor, além da imigração, o tipo de propriedade que foi dado os imigrantes foi outro fator determinante para o sucesso, que depois de um certo período assentado, este conseguiu extrair uma renda expressiva da pequena propriedade tornando um modelo capitalista de produção, pois vendia o excedente de sua produção.

A população da Mesorregião Sul já representou mais da metade do Estado na virada do século XIX para o século XX e hoje não chega a um quarto (Tabela 2). A sua participação na produção industrial do Estado, que já foi de 35% na década de 30, na década de 1990 se aproximou de 10%, a participação no PIB do Estado que já esteve entre 38% e 39% no final da década de 30, chegou a 17% no final da década de 90.

Conseqüências dessas diferenças podem ser explicadas pelo assentamento dos imigrantes europeus na Metade Norte, que colaboraram para ilustrar as taxas mais elevadas de crescimento que eram apresentadas por esta região, assim, esta imigração criou uma sociedade bastante distinta da Metade Sul, por que nela existia a pequena propriedade privada, aliada a uma agricultura diversificada, gerando assim uma distribuição de renda menos concentrada (BECKER e BANDEIRA, 2003).

Sobre a grande aglomeração entre os assentamentos dos imigrantes, Andreoli (1989, p. 102) diz que “O resultado foi um crescimento extensivo da produção agrícola e artesanal com base na pequena produção familiar rural produtora de bens agrícolas e artesanais, refazendo-se assim, com razoável grau de aproximação à via histórica de desenvolvimento do capitalismo europeu”.

Tabela 2 - População total e participação percentual de cada Mesorregião do Estado no período de 1920-2002.

	Pop. Total	Nordeste	(%)	Norte	(%)	Sul	(%)
1920	2.182.713	599.591	27,5	703.488	32,2	879.634	40,3
1940	3.320.689	849.100	25,6	1.287.099	38,8	1.184.490	35,6
1950	4.164.821	1.111.174	26,7	1.689.668	40,6	1.363.979	32,7
1960	5.448.823	1.670.609	30,7	2.137.573	39,2	1.640.641	30,1
1970	6.755.458	2.315.771	34,3	2.511.003	37,2	1.928.684	28,5
1980	7.773.837	3.125.860	40,2	2.602.680	33,5	2.045.297	26,3
2002	10.398.133	5.022.298	48,3	2.827.252	27,2	2.548.583	24,5

Fonte: FEE, IBGE.

A diminuição da participação populacional da Mesorregião Sul no total do Estado, reflete das políticas imigratórias ocorridas na Metade Norte, a pequena distância entre os centros urbanos de municípios vizinhos dinamizam os processos socioeconômicos, ou seja, todos processos das dinâmicas demográficas, o que Bandeira (1994) destaca como sendo a variável imigração um fator determinante para a diferença populacional no Rio Grande do Sul (Gráfico 3).

Essa política imigratória teve como objetivos básicos criar mão-de-obra livre nas áreas de produção para a exportação e um mercado interno consumidor, além de povoar estrategicamente as regiões periféricas do território, com o intuito de diminuir a posse desordenada e aumentar a produtividade do solo (KLIEMANN, 1986).

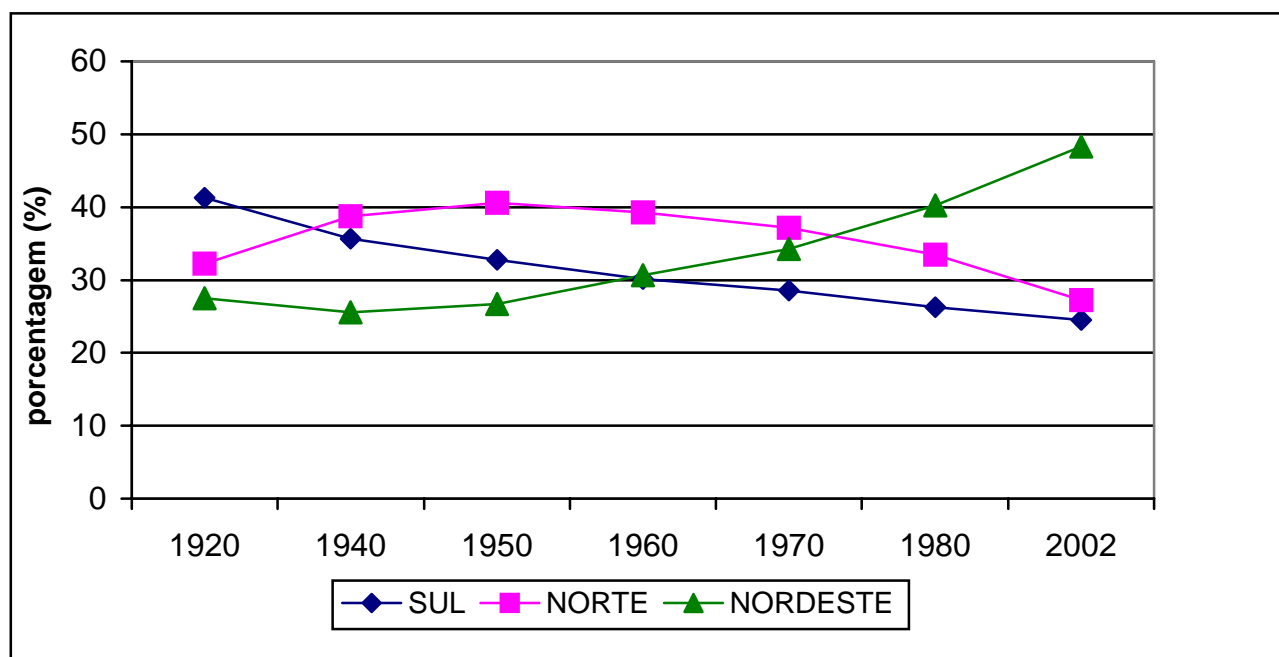


Gráfico 3- Percentual de cada Mesorregião na população total no período 1920-2002, no Rio Grande do Sul.

O modelo mais aglomerado de assentamentos rurais derivava em uma densidade demográfica muito maior na Metade Norte, tendo uma rede urbana constituída por um número grande de pequenos centros situados numa pequena distância uns dos outros. Enquanto que na Metade Sul o padrão das ocupações foram feitas em latifúndios, alguns com mais de dez mil hectares, gerando uma distância muito grande entre os centros urbanos.

Bandeira (1994) ainda sobre a imigração e as diferenças populacionais no Rio Grande do Sul afirma que:

(...) decorreram da ação conjunta de diversos fatores, cuja influencia é difícil de distinguir de forma precisa. Dentre eles, os principais parecem ter sido as migrações internas e o padrão de assentamento dos imigrantes oriundos do exterior que entraram no Rio Grande do Sul a partir das últimas décadas do século XIX, embora se possa cogitar da ocorrência de diferenças regionais quanto à fertilidade, à mortalidade e à nupcialidade (BANDEIRA, 1994 p.11).

Sobre a questão da imigração e da população da Metade Norte, Becker e Bandeira (2003) trazem a avaliação de capital social e a identidade regional como elementos das diferenças sócio-culturais e conseqüentemente das diferenças econômicas da Metade Sul com relação a Norte.

Outro elemento que contribuiu para que ocorre-se a desigualdade regional no Rio Grande do Sul, foi o capital social, que é um conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou

sua classe social. Assim o capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo; é ao mesmo tempo acúmulo e base de um processo de unificação que permite as pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social (BOURDIEU, 1980).

Desse modo, o capital social, segundo Becker e Bandeira (2003, p.15) são “os traços culturais que são relevantes para fazer com que os membros de uma localidade se tornem propensos a colaborar para a solução de problemas de interesse comum”. Ou seja, na Mesorregião Nordeste o capital social é mais significativo que na Mesorregião Sul, pois devido aos traços sociais e culturais, obviamente, ligados a estrutura fundiária e maior dinamismo demográfico, foi preponderante para o êxito socioeconômico desses assentamentos.

Assim como o capital social, esses autores dão importância à identidade regional constituída de um local. Para Becker e Bandeira (2003, p.20) “A identidade regional (...) é condição essencial para que um determinado território possa, de forma significativa e não-arbitrária, ser denominado de região”. No Rio Grande do Sul se percebe claramente uma diferença de culturas, o que o geógrafo francês Raymond Pebayle (1975) definiu como dois tipos de indivíduos no espaço rural gaúcho no século XX.

Para melhor entender a dualidade das sociedades rurais que se constituíram no sul, revisou-se os estudos de Pebayle (1975) nos quais o autor descreve que até o início do século XX, os contatos entre os criadores luso-brasileiros dos “campos” e os “policultores” da pequena propriedade foram raros, ou melhor, nada parecia anunciar, então, novos encontros entre essas duas sociedades rurais tão opostas por suas origens étnicas, por suas tradições culturais e suas mentalidades. A aristocracia local foi sempre constituída pelos “estancieiros”. Esses homens rudes e fatigados das violentas técnicas da pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos da região do Rio da Prata, rejeitaram o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta.

Ainda seguindo Pebayle (1975), o pequeno agricultor era a antítese do gaúcho das campinas, era o homem das florestas, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o pequeno proprietário. Assim assiste-se a uma expansão do pequeno produtor nas terras dos criadores, resultado de um forte gradiente

demográfico entre as colônias relativamente superpopulosas e o quase vazio humano das regiões de pecuária.

Sobre a identidade regional Becker e Bandeira (2003) ressaltam a sua importância e a definem sendo:

A identidade regional, assim como o capital social, é um produto da história. Ela surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais que fazem com que os habitantes de um determinado território consolidem a percepção do fato de que, apesar das diferenças e divergências que possam dividi-los, também têm fortes afinidades e muitos interesses em comum. (BECKER e BANDEIRA, 2003 p.20).

Portanto, a construção de uma identidade regional fortalece as bases para um desenvolvimento regional, uma vez que os membros participantes dessa região estarão em busca de um interesse comum. Os elementos sociais e culturais são fundamentais para a eficácia de uma região, pois eles fazem parte de um sistema que age em conjunto, sendo peças-chave para um resultado favorável.

2.2.1. Estrutura Fundiária

No que diz respeito às disparidades regionais existentes no Rio Grande do Sul, o elemento crucial para tal diferença é sem dúvida a **estrutura fundiária** da Mesorregião Sul, que pouco evoluiu, conservando propriedades extensivas, em boa parte grandes propriedades, alargando ainda mais as diferenças socioeconômicas dessa parte do Estado.

Analisando os dados dos Censos agropecuários de 1940 a 1995-1996 relativos a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, constata-se uma desigualdade entre o número de pequenas propriedades¹⁵ e da área destinadas a elas (Tabela 3).

¹⁵ Neste diagnóstico, no sentido de estabelecer um padrão, pequena propriedade refere-se a estabelecimentos menores que cinqüenta hectares (50 ha).

Tabela 3- Número e área de pequenas propriedades da Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, entre 1940 a 1995-1996.

Ano	Propriedades < 50 ha (%)	Área (%)
1940	19,78	20,11
1950	14,30	15,33
1960	16,49	18,09
1970	16,75	19,47
1975	17,77	19,95
1980	17,17	19,74
1985	17,27	20,24
1995-96	17,70	20,26

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE -1940 a 1995-1996.

Observando os dados dos Censos agropecuários constata-se a dualidade em termos fundiários no Rio Grande do Sul. A Mesorregião Sul apresentando apenas um quinto de sua área destinada às pequenas propriedades, enquanto que o restante de sua área (aproximadamente 80%) está associado à média ou grande propriedade.

A perda de dinamismo regional da Metade Sul é demonstrada nos indicadores populacionais pelo conservadorismo dos proprietários de terras, que não diversificam a produção, concentrada na pecuária extensiva e rizicultura. Sendo que todos os municípios do Rio Grande do Sul com mais de 60% da área ocupada por propriedades acima de 500 hectares estão na Metade Sul (TEIXEIRA, 2001).

Ao estudar o tamanho médio dos estabelecimentos do Rio Grande do Sul (Tabela 4) demonstra-se a heterogeneidade da estrutura fundiária, com uma discrepância evidente entre o tamanho médio encontrado na Mesorregião Sul em relação à média estadual.

Tabela 4- Tamanho médio dos estabelecimentos no Rio Grande do Sul e na Mesorregião Sul no período de 1940-1996 (em hectares).

ANO	RS	MESORREGIÃO SUL
1940	88,60	191,01
1950	76,97	203,63
1960	56,97	142,88
1970	46,47	113,88
1975	50,18	116,59
1980	50,62	122,06
1985	47,91	114,44
1995-96	50,70	118,61

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE -1940 a 1995-1996.

A partir da década de 1940 houve uma queda quase que contínua no tamanho médio dos estabelecimentos rurais no Rio Grande do Sul, partindo de 88 hectares chegando a aproximadamente 50 hectares em 1996.

Na Mesorregião Sul houve um declínio no tamanho médio das propriedades, mas há que se notar, a diferença entre o tamanho médio das duas classes. Na Mesorregião Sul a média dos estabelecimentos rurais corresponde a aproximadamente o dobro da média estadual.

A Mesorregião Nordeste é uma região baseada em pequenas propriedades rurais, onde se destaca o setor industrial, assim como, uma agricultura diversificada e voltada para subsistência, desse modo, esta aglomeração de pequenas propriedades policulturoras atraiu o crescimento industrial, diferentemente da região meridional do Rio Grande do Sul onde a:

Diferença, no entanto é que na Região Nordeste a urbanização foi, na maior parte do período, concomitante a um processo de rápido crescimento industrial, que gerava oportunidades de emprego para os migrantes oriundos das zonas rurais. Na Região Sul, ao contrário, o reduzido crescimento da indústria fez com que fosse muito menor a oferta de postos de trabalho nas cidades. Não sendo capazes de gerar empregos suficientes, os centros urbanos da Região Sul passaram, paulatinamente, a expulsar parte de sua população, que migrou em busca de oportunidades em áreas mais dinâmicas. (BANDEIRA, 1994 p.15).

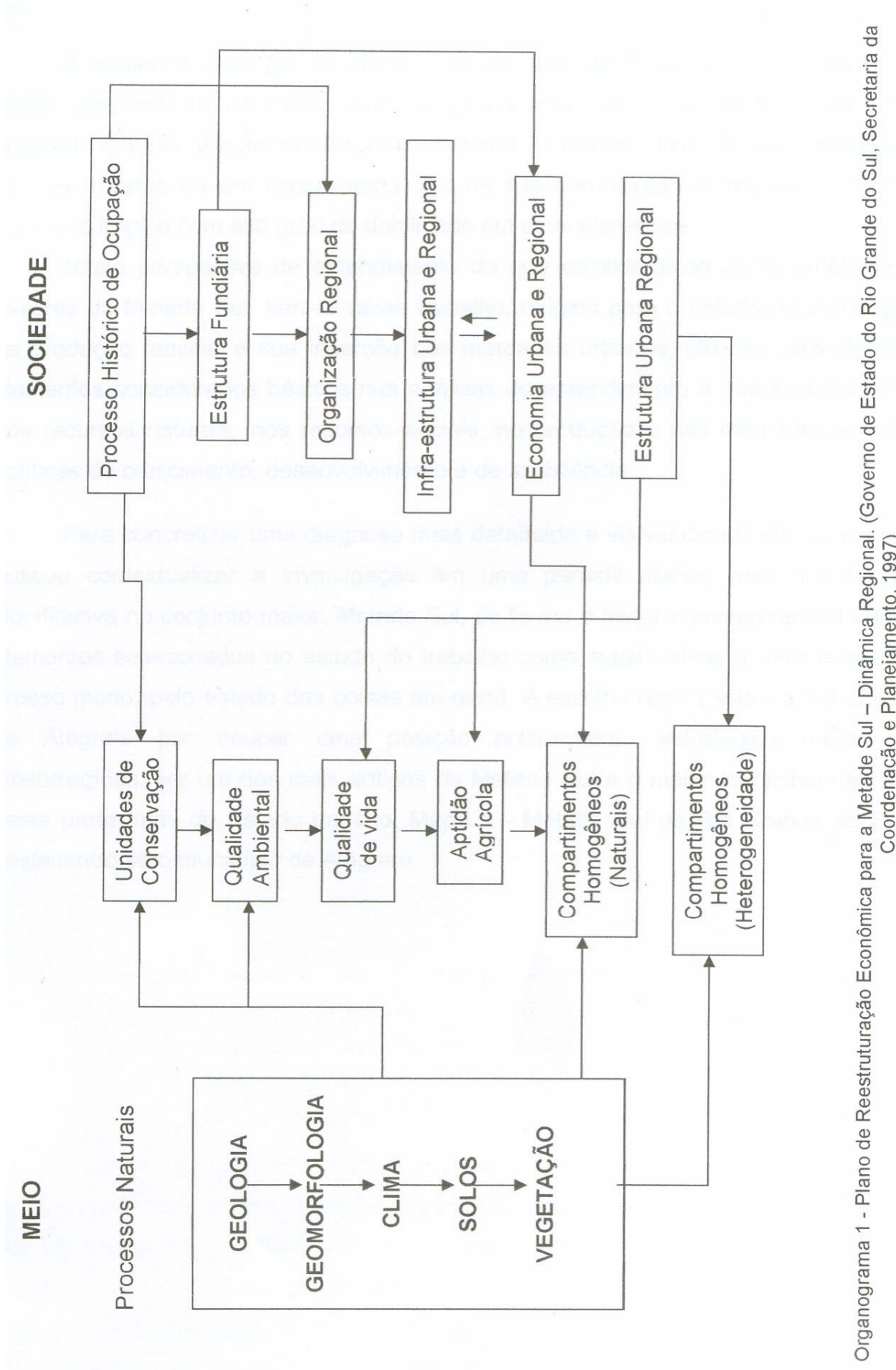
A maior concentração de renda e fundiária da Mesorregião Sul agravou o desequilíbrio das regiões do Estado, pois na parte norte, a estrutura fundiária menos concentrada e mais distribuída, juntamente com a proximidade de Porto Alegre

foram fatores preponderantes para o avanço socioeconômico da Mesorregião Nordeste, em especial a porção nordeste (eixo Caxias do Sul - Porto Alegre).

A partir disso, surge em 1997, um Plano de Reestruturação Econômica (Organograma 1), no qual esse relatório define a Metade Sul como um espaço regional inserido na região de fronteira brasileira com o Uruguai e Argentina e que sofreu ao longo das últimas décadas, principalmente a partir de meados da década de 80, um profundo processo de perda de dinamismo econômico, resultante das dificuldades de inserção nos ciclos de expansão da economia brasileira.

E em 2001, surge o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul tendo como objetivo principal articular a política de desenvolvimento regional, resgatando estudos, propostas e projetos, sistematizando-os para otimização de recursos e ações na resolução de problemas e para a criação de novas iniciativas. As ações desse Programa objetivam a promoção da integração e do desenvolvimento sustentável com melhoria da qualidade de vida da população, mediante a implantação de um modelo de gestão que fortaleça a cooperação intermunicipal, estadual e federal. Pressopundo:

- o fortalecimento da base sócio-econômica local e mesorregional;
- a inclusão social, o estímulo à participação e a capacidade de organização social;
- a capacitação dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento e o manejo racional dos recursos naturais.



Organograma 1 - Plano de Reestruturação Econômica para a Metade Sul – Dinâmica Regional. (Governo de Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Coordenação e Planejamento, 1997)

Este Plano destaca a estrutura fundiária como sendo o cenário da organização regional e, por conseguinte, base da economia urbana e regional. Cabe então, reestruturar a base fundiária, pontuando a reforma agrária como um meio de recurso para romper com esta estagnação. Nesse sentido Alonso e Bandeira (1994) reforçam a idéia de que a concentração fundiária é elemento fundamental pela desigualdade regional no Rio Grande do Sul:

(...) traço histórico-econômico fundamental é a estrutura fundiária caracterizada pela concentração da posse da terra, formada a partir das sesmarias doadas nos últimos tempos do período colonial (...). Pode-se afirmar que dessa estrutura fundiária decorrem, em última análise, outros aspectos que caracterizam a sociedade local até o presente, como a concentração de renda, os centros urbanos esparsos, a reduzida densidade da população rural e o predomínio da pecuária. (ALONSO e BANDEIRA, 1994 p.224).

A estrutura fundiária de um país espelha diretamente a sua estrutura social. A divisão e concentração de terra é a expressão física das divisões sociais e da concentração do poder existentes na sociedade. Hoje em dia, muitos ainda esperam o momento no qual as unidades familiares no país tenham finalmente se esvaziado pela migração aos centros urbanos e restam no campo apenas alguns poucos proprietários de vastas áreas de “agricultura moderna” e seus peões (BROSE, 1999).

A valorização da agricultura familiar é fundamental para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas, conforme Teófilo (2002) o estímulo histórico à agricultura patronal baseada no latifúndio, na monocultura de exportação, no trabalho escravo e, posteriormente, na superexploração do trabalho assalariado, reflete na atual concentração de renda, exclusão social e em uma economia voltada excessivamente para o mercado externo.

Desta maneira, é necessário reestruturar a base produtiva e a base social da região devendo realizar ações e intervenções de todos os níveis na perspectiva de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico regional.

Nesse sentido, a reforma agrária surge como uma alternativa para a redistribuição da terra e de novas dinâmicas socioeconômicas, de tal modo os assentamentos rurais são peças chaves para essa mudança.

3- AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NA AGRICULTURA E A QUESTÃO AGRÁRIA

Neste capítulo abordar-se-á a questão agrária e o desenvolvimento do capitalismo no campo através de autores clássicos sobre a problemática agrária. Em um primeiro momento, serão discutidas as transformações na agricultura baseadas nas teorias de Kautsky (1972) originadas em 1899, de Lênin (1985) originadas em 1899 e na obra de Chayanov (1974) originada em 1925, esses autores estudaram a introdução do modo de produção capitalista no campo e suas as conseqüências para o campesinato europeu.

A análise dessas obras e das teorias a respeito da influência do capitalismo no campo são bases para o entendimento do processo de modernização do campo, da concentração fundiária, da integração indústria-agricultura, exclusão do homem do campo no processo capitalista, êxodo rural, ou seja, o maior entendimento sobre a questão agrária.

Em seguida, traremos reflexões sobre a questão agrária brasileira debatendo a criação dos Complexos Agroindustriais frente aos Complexos Rurais, a partir da década de 1960, e os aspectos da modernização da agricultura.

Será trazido um breve panorama do novo dinamismo da agricultura gaúcha após a modernização da agricultura, citando algumas conseqüências socioeconômicas e territoriais desse processo, como o surgimento do movimento de agricultores sem-terra.

3.1. - Contribuições Teóricas dos Clássicos Rurais sobre a Questão Agrária e o Capitalismo no Campo

Nesta seção da pesquisa será visto uma idéia geral das obras clássicas de Kautsky, Lênin e Chayanov no que diz respeito à questão agrária, a fim de elucidar as questões capitalistas na agricultura, principalmente, em relação aos pequenos proprietários rurais.

3.1.1. - A superioridade da grande propriedade na obra de Kautsky

Em sua obra “*A Questão Agrária*” publicada em 1899, Kautsky descreve a influência do capitalismo sobre a agricultura, as transformações que estavam ocorrendo no campo no final do século XIX, além de fazer prognósticos para o novo século que se aproximava, com relação à introdução do capitalismo no campesinato.

A idéia central de Kautsky em sua obra é a tese de que a grande propriedade agrícola é superior tecnicamente em relação à pequena propriedade e tem como causa a penetração do capitalismo no campo e como conseqüência, a “industrialização da agricultura”. Nesse sentido, a grande propriedade é a melhor “unidade” para desenvolver as atividades capitalistas, logo, a pequena propriedade tende a diminuir ou desaparecer.

Kautsky relata as conseqüências diretas e mais evidentes dos desequilíbrios da produção capitalista, as oscilações e inseguranças que os camponeses enfrentavam ao se inserirem nos moldes do sistema capitalista.

Como conseqüência do capitalismo no campo, ou sinais de sua evolução, pode-se citar o processo de integração indústria-agricultura, extermínio ou diminuição da pequena produção camponesa, surgimento de manufaturas e objetos industrializados para a produção agrícola, aumento do êxodo rural, aumento de empregos nos centros urbanos que oferecem melhores remunerações e melhores condições de vida. Esse processo determina um novo ritmo na vida do camponês e Kautsky (1972, p.26) afirma que “quanto mais esse processo avança, mais se dissolve a indústria doméstica (...) e mais aumenta a necessidade de dinheiro para o camponês”, ou seja, a obrigação cada vez maior do camponês ter capital para realizar suas atividades.

Kautsky mostra-se plenamente consciente do fato de que no campo as formas de produção capitalista avançam **inexoravelmente**, e tem bem claro o problema das repercussões que a concorrência transoceânica tivera nos mercados agrícolas europeus.

Já prevendo a inserção do capitalismo na agricultura e sua produção sendo regida pela dinâmica industrial, Kautsky afirma que: “A grande exploração agrícola é a que melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. Essa, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, cria-a” Kautsky (1972, p.124). Desse modo, se cria uma integração indústria-agricultura, na qual o camponês acaba sendo envolvido pelo sistema capitalista, e deixa de ser camponês tornando-se um agricultor voltado para a produção do mercado e ficando

dependente de atributos que antes não o tinha e deixa de ser o ator principal da produção, pois a tecnificação o suprime em grande parte. Após essas mudanças, o camponês para Kautsky:

(...) deixa portanto de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta torna-se um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica (...) ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial (...) lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a esta dependência técnica produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação a cooperativa (KAUTSKY, 1972, p.128-129).

Mas Kautsky, não deixou de lado as formas pré-capitalistas e não-capitalistas da agricultura, e questionou qual a função destes no interior de uma sociedade capitalista. O que fazer com esses camponeses que não estariam integrados totalmente no sistema? E qual função deles dentro do sistema?

Nesse sentido, ele faz um contraponto entre a pequena e a grande exploração e afirma que “quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura, mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração” Kautsky (1972, p.129). E faz previsões sobre a pequena propriedade, no qual esta condenada a desaparecer diante da superioridade da grande fazenda capitalista.

As transformações que ocorrem na agricultura com a integração com a indústria torna o agricultor mais vulnerável e dependente do capital, dessa forma Kautsky ao mencionar a transformação na agricultura ressalta que:

Qualquer progresso nesse sentido terá necessariamente como resultado o agravamento do estado de crise em que se encontram os agricultores, o aumento da sua dependência em relação à indústria, a diminuição da segurança da sua existência (KAUTSKY, 1972, p.160).

Kautsky sinaliza para a evolução do modo capitalista na agricultura e que a grande exploração tem melhores condições para satisfazer as necessidades da indústria contrariamente da pequena produção. Mas, não significa o fim da pequena propriedade, pelo contrário, a grande exploração necessita de um número de pequenas propriedades para a exploração industrial, no qual forneçam matéria prima e que vendam para a indústria para ela revender posteriormente e ainda, como reserva de mão-de-obra para os períodos que a grande exploração precisar de assalariados (KAUTSKY, 1972).

O autor também enfoca o processo de diferenciação social, e, apesar de admitir a superioridade da grande empresa, deixa claro a possibilidade de sobrevivência da pequena empresa familiar, sobretudo se esta for capaz de se associar e cooperar.

Para isso, Kautsky sugeriu que os camponeses se organizassem, em ligas, para superarem essas dificuldades, ou seja, uma organização coletiva do campo, somente uma organização socialista da produção, no qual poderá um dia resolver seus problemas. Através da socialização entre os camponeses, em uma organização social forte para enfrentar o capitalismo agrário.

Para encerrar, a obra a *“A Questão Agrária”* trás alguns pontos importantes sobre o avanço do capitalismo na agricultura e que ficam perguntas a serem feitas:

- Quais transformações ocorreram na agricultura ao longo do processo capitalista?
- Quais implicações trouxeram aos camponeses, o processo industrial à agricultura?
- Qual tipo de padrão fundiário favoreceu a agricultura capitalista industrial?
- Qual o destino dos camponeses que não conseguirem acompanhar o ritmo do capitalismo na agricultura?

Essas questões serão abordadas posteriormente, com o caso brasileiro e gaúcho da modernização da agricultura.

3.1.2. - A desintegração do campesinato de Lênin

Outra obra que marca o estudo do processo de penetração do capitalismo na agricultura é *“O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”*, publicada em 1899, sob autoria de Vladimir Ilich Lênin, onde é analisada a formação do mercado para o capitalismo, e mostra que a desintegração do campesinato é um processo determinado pelas relações de produção em direção ao capitalismo, e faz ainda uma análise das conseqüências mais importantes da inserção desse sistema na agricultura.

Lênin realizou seu estudo na Rússia e indicou que o processo capitalista estava provocando uma “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário além da ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural” Lênin (1985, p.83), ou seja, a

modificação do padrão de produção das propriedades e a necessidade do capital para a sobrevivência do homem no campo.

No capítulo II de sua obra, intitulado “*A Desintegração do Campesinato*” Lênin aborda a situação do camponês frente ao processo capitalista, onde o camponês na economia mercantil fica inteiramente subordinado ao mercado, dependendo tanto para seu consumo próprio como também, para sua atividade agrícola. Essa transformação da desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo.

O processo de desintegração do campesinato foi consequência de diversos fatores, no qual Lênin pesquisou em um conjunto de dados sobre “arrendamento, compra de terras, implementos agrícolas aperfeiçoados, atividades temporais, o progresso da agricultura mercantil, o trabalho assalariado” Lênin (1985, p.94). Desse modo, através dessas informações ele formula a tese da desintegração do campesinato na Rússia, que ocasiona um empobrecimento do camponês e afirmou que esse:

Não era antagônico ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida. A mais profunda porque é no seu interior mesmo, (...) que constatamos a formação constante de elementos capitalistas. A mais sólida porque é sobre a agricultura em geral e o campesinato em particular que pesam mais intensamente as tradições da Antiguidade, (...) é aí que a ação transformadora do capitalismo se manifesta mais lenta e mais gradualmente (LÊNIN, 1985, p.113).

Essas transformações decorrentes do processo capitalista no campo faz com que ocorram mudanças nas classes sociais rurais, nesse sentido Lênin afirma que:

O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que contribuem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (LÊNIN, 1985, p.114).

Portanto, o estudo de Lênin mostra que a inserção do capitalismo na agricultura provocou um antagonismo nas classes sociais rurais. Havendo uma oposição de classes, de um lado a burguesia rural e de outro, operários agrícolas. Então “os agricultores se metamorfoseiam cada vez mais depressa em produtores submetidos às leis gerais da produção mercantil” Lênin (1985, p. 202). Assim, a tese leninista se baseia na desintegração do campesinato, que cria um mercado interno para o capitalismo ocasionando a diferenciação social no campo.

3.1.3. - A Unidade Econômica Camponesa de Chayanov

No contexto de reprodução e existência camponesa destaca-se o estudo de Alexander Chayanov na obra *“A Organização da Unidade Econômica Camponesa”*, publicada em 1925, que constitui um importante referencial sobre a questão camponesa e coloca como elemento fundamental, a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica. Chayanov (1974), não parte do princípio da subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista. A circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a conseqüente expropriação do camponês, é considerada “marginal” na sua compreensão. O autor parte da necessidade de consumo, subsistência da família para entender o trabalho camponês.

A teoria da organização da unidade econômica camponesa de Chayanov está baseada nos estudos realizados nas economias de produção familiares russas, no início do século XX. Essa teoria fundamenta-se no entendimento de que a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital. Nesse caso, Chayanov classifica a unidade econômica camponesa como não-capitalista, pelo fato, da ausência do trabalho assalariado.

A dinâmica em que a relação consumo-produção em uma unidade familiar seria aumentada, deve considerar o número de trabalhadores da família, a expansão dos cultivos está pautada no número de consumidores e sua necessidade de consumo. Dessa forma, a renda baseada no lucro médio poderia ser renunciada pelos camponeses, que sobreviveriam para atender suas necessidades básicas de consumo e não para garantir renda compatível com a taxa de lucro médio (CHAYANOV, 1974).

A explicação da racionalidade camponesa para Chayanov é referente a uma diferenciação demográfica, ou seja, o número de trabalhadores - consumidores da família camponesa como nexos explicativos da sua existência. A questão está deslocada para o consumo e número de membros da família, revelando outro conteúdo no trabalho camponês, um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor.

A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade, o tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo.

Chayanov reconhece que o campesinato está fora do modo de produção capitalista, ele afirma que o campesinato é um modo de produção, pois suas características são: a força do trabalho familiar - unidade econômica camponesa -, pequena propriedade como local das atividades, a própria família produz seu meio de produção, às vezes, devido a diversos fatores, membros da família se vêem obrigados a empregarem sua força de trabalho em atividades rurais não-agrícolas. Assim, a atividade econômica camponesa não se assemelha a de um empresário rural no qual investe seu capital recebendo uma diferença entre a entrada bruta e os gastos gerais de produção, gerando lucro. Mas sim, apenas uma simples remuneração que o permite ao mesmo, determinar o tempo e a intensidade do trabalho.

O aumento da produtividade do trabalho camponês se deve à pressão exercida pelas necessidades do consumo familiar. Nesse sentido, a lógica da organização da unidade econômica camponesa está baseada na racionalização entre quantidade e qualidade de terra, força de trabalho e capital. Qualquer distorção nesta relação é compensada pela ocupação da força de trabalho em atividades não-agrícolas complementares ou pela intensificação do trabalho (CHAYANOV, 1974).

Para concluir, Chayanov vê nas cooperativas coletivas as únicas alternativas para introduzir a exploração camponesa no ambiente da industrialização agrícola em grande escala. Assim, para continuar no modo de produção camponesa o meio é através da unidade econômica camponesa familiar e caso ingresse no capitalismo, indústria-agricultura, os camponeses devem se aliar e unir-se em cooperativas.

3.1.4. - Discussões sobre campesinato e agricultura familiar

Após as leituras das obras clássicas de Kautsky (1972), Lênin (1985), Chayanov (1974) faz-se uma breve consideração sobre as definições terminológicas

de camponês e agricultor familiar baseadas no sentido econômico, social e histórico. Mas vale ressaltar, que aqui será exposto apenas uma sucinta apreciação sobre as terminologias, porém ficará latente que ao decorrer do trabalho, o termo utilizado será o agricultor familiar ou pequeno produtor, não será considerado aqui o mérito da questão conceitual e sim na diferenciação com o grande produtor empresarial.

O termo camponês / campesinato está ligado à formação no meio rural europeu, local onde surgiu esse termo, sua marca preponderante é ausência das relações capitalistas, sua existência e sobrevivência não depende do capital, dos mercados, indústrias entre outros, como visto em Chayanov (1974).

O camponês produz para as necessidades básicas da família, planta para o autoconsumo, sua preocupação é em alimentar os membros da família e ter uma boa qualidade de vida. Os materiais que são utilizados por ele na agricultura são produzidos por ele ou por artesões, a aquisição desse material é realizada por trocas. O dinheiro não é a preocupação fundamental desse indivíduo, sua função é a produção de subsistência.

O agricultor familiar / agricultura familiar é um termo que ganhou força na década de 1990, incentivado pelas políticas públicas para a inserção das pequenas propriedades no mercado. Esse indivíduo está integrado ao mercado, necessita de dinheiro para poder produzir (na aquisição de insumos, máquinas agrícolas, entre outras benfeitorias) e conseqüentemente **precisa** vender sua produção para pagar financiamentos em bancos, e todos insumos e implementos agrícolas adquiridos (ABRAMOVAY, 1992). Esse agricultor pode contratar mão-de-obra em certos períodos do ano, pagando em dinheiro, ou seja, torna-se dependente do mercado e do capital para realizar suas atividades.

Chayanov (1974) ficou com a produção camponesa em sua base, já os estudos marxistas (Kautsky e Lênin) apontam para a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo e não como um modo de produção. Lênin (1985) destacou o conceito de formação econômico-social ao estudar o contexto do desenvolvimento capitalista russo e a presença do campesinato, como visto anteriormente.

Lênin e Kautsky defendem que os pequenos proprietários familiares são conduzidos ao empobrecimento e assalariamento com o desenvolvimento do capitalismo no campo, tendo como conseqüência a falência da pequena exploração em benefício da grande exploração agrícola capitalista, pois essa organização se

ajusta melhor no modo de produção capitalista, devido ao tamanho da propriedade e a produção em escala.

Chayanov (1974) diferencia-se de Lênin (1985) com relação à base demográfica do rural. O primeiro não via o desaparecimento dos camponeses com a inserção ou penetração do capitalismo no campo, pelo contrário, vislumbrava um aumento dos estabelecimentos de economia familiar. Diferentemente de Lênin (1985), no qual, sua teoria baseava-se na desintegração do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, seu desaparecimento no decorrer do processo capitalista (Quadro 1).

Quadro 1- Comparação das obras de Kautsky, Lênin e Chayanov acerca da questão agrária.

	KAUTSKY	LÊNIN	CHAYANOV
Obra	A questão agrária	O desenvolvimento do capitalismo na Rússia	A organização da unidade econômica camponesa
Lançamento da obra	1899	1899	1925
Idéia central	Superioridade técnica da grande propriedade.	Desintegração do campesinato.	Teoria da unidade econômica camponesa.
Conseqüências do capitalismo para as pequenas propriedades	Expansão das grandes fazendas capitalistas, mas não o desaparecimento total da pequena propriedade.	Desaparecimento total do campesinato em conseqüência da grande exploração capitalista.	Aumento de unidades familiares.
Destino / Saída para a pequena propriedade no capitalismo.	Formação de cooperativas.	Desintegração dos camponeses pobres em favor da burguesia rural.	Manutenção da unidade econômica camponesa ou a formação de cooperativas coletivas.

Fonte: Kautsky (1972), Lênin (1985) e Chayanov (1974). Organização: Flamarion Dutra Alves.

3.2. - Modernização da Agricultura Brasileira: do Complexo Rural ao Complexo Agroindustrial (CAI)

O debate acerca da questão agrária brasileira passa fundamentalmente por dois pontos chaves, o primeiro diz respeito à estrutura fundiária e o outro ponto refere-se à mudança no modo de produzir da agricultura. Neste trabalho algumas considerações são realizadas sobre esses assuntos baseadas em discussões de vários autores, que não concordam com a profunda concentração de terra e renda no Brasil. Este cenário se agravou, a partir da segunda metade do século XX, com a adoção da modernização da agricultura no País.

3.2.1. - Estrutura Fundiária

A importância de discutir a situação agrária brasileira é crucial, para que possamos entender os problemas socioeconômicos e territoriais do campo, para tal, o fator preponderante para essa análise passa pelo entendimento da dinâmica da estrutura fundiária, pois o fator que deve estar “em primeiro e principal lugar, é a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” Prado Júnior (1981, p. 18).

A concentração de terra é um agravante das condições sociais no Brasil (Tabela 5), visto que essa concentração exclui uma maioria de agricultores, Prado Júnior (1981, p.15) sobre esse assunto ressalta que:

(...) por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta e indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria.

Tabela 5- Número de imóveis rurais e área ocupada em estratos no Brasil, 2003.

ESTRATOS DE ÁREA (Ha)	IMÓVEIS	% DOS IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (Ha)	% DE ÁREA
<10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8
10 A 25	1.102.999	26	18.985.869	4,5
25 A 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7
50 A 100	485.482	11,5	33.630.240	8
100 A 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8
500 A 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4
1000 A 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1
> 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6
TOTAL	4.238.421	100	420.345.382	100

Fonte: Cadastro do INCRA, 2003.

Ao analisar a estrutura fundiária brasileira (Gráfico 4), a forma de distribuição e acesso a terra, verifica-se que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual socialmente. Primeiro foram às capitâneas hereditárias e seus donatários, depois foram às sesmarias. As sesmarias estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial (OLIVEIRA, 1994).

A desigualdade na distribuição de terras no Brasil é um elemento das disparidades socioeconômicas e a ausência da correção desse problema aliado a um modelo moderno de produção agropecuária favorece a crescente exclusão social no País.

As grandes propriedades rurais no Brasil, acima de 1000 hectares, correspondem a 43,7% da área total do País, sendo que apenas 1,7% dos imóveis ocupam essa extensão territorial comprovando a desigualdade fundiária no Brasil.

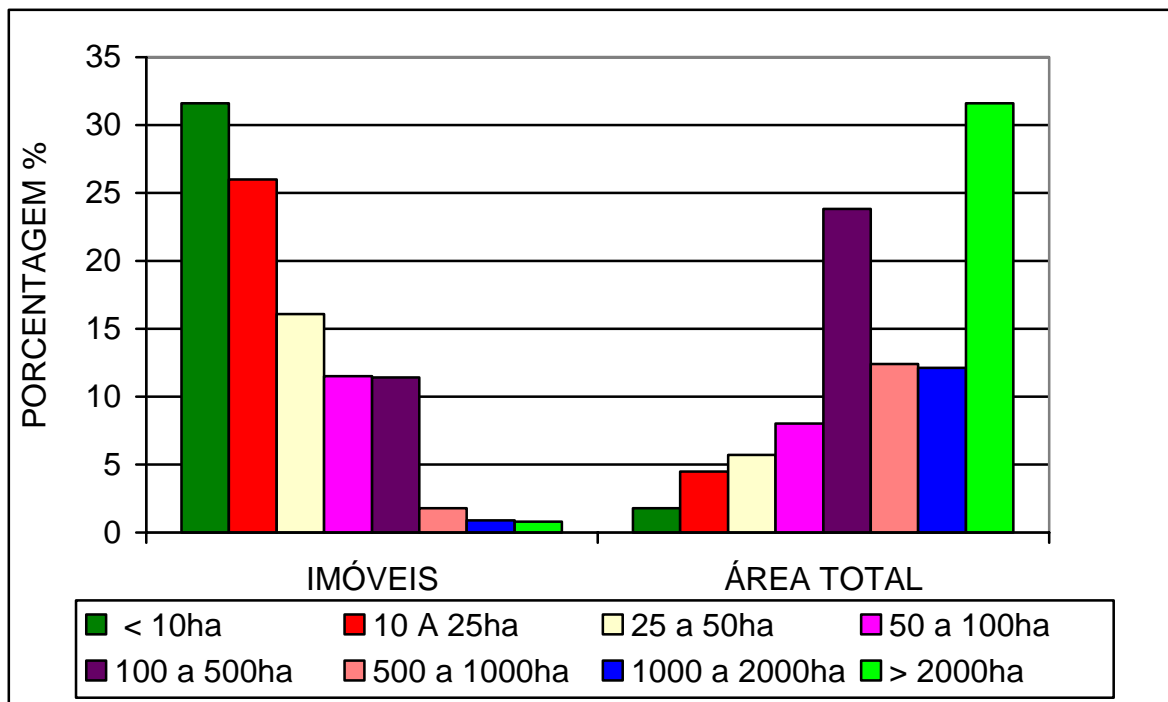


Gráfico 4- Número de imóveis rurais e área ocupada em estratos no Brasil, 2003.
Fonte: Cadastro do INCRA, 2003.

A agropecuária brasileira nada tem de homogênea, no que diz respeito a posse e divisão, muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados que são, de uma lado, uma pequena minoria de grandes proprietários, de outro lado, a grande maioria da população que vive em péssimas condições, ou seja, um considerável desnível entre dois setores essenciais da agropecuária brasileira: grandes proprietários e fazendeiros; trabalhadores sem terra, ou com insuficiente quantidade de terra (PRADO JÚNIOR, 1981).

Nesse sentido, Romeiro (1994) descreve que essas diferenças fazem parte da história brasileira, sendo que:

As características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil podem ser assim resumidas: de um lado, grande sucesso comercial de culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão-de-obra, seguida de precárias condições de acesso à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão-de-obra, num país com a maior área agrícola potencial do planeta (ROMEIRO, 1994, p.118).

A concentração da propriedade fundiária tem assim o duplo efeito “o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para a

realização de seus objetivos (...) e assegurar ao mesmo empreendimento a mão-de-obra indispensável de que necessita” Prado Júnior (1981, p.43).

Portanto, a estrutura fundiária brasileira é desigual social e economicamente beneficiando uma minoria em detrimento de uma grande maioria de agricultores sem ou com pouca terra. Dentro desse contexto desigual, na década de 1960, se instaura um modelo agrícola que tinha como objetivo dinamizar e modernizar a agropecuária brasileira.

3.2.2. - Modernização agrícola e aumento das desigualdades sociais e econômicas no espaço rural

As transformações na agricultura brasileira são discutidas por diversos autores, no que tange a utilização de novas técnicas e o aumento da divisão social do trabalho. O espaço agrário começa a se modificar a partir do ano de 1850, com o fim do Tráfico de Escravos e em 1888 com a abolição da escravatura, pois esses fatos determinaram uma mudança nas relações de trabalho, além da inserção de bases industriais no processo de produção agropecuária, culminando, na década de 1950 com o fim do Complexo Rural.

De acordo com Müller (1989,p.20) no Brasil houve três padrões agrários principais “entre 1870 e 1930 predominou o padrão latifúndio-minifúndio, entre esta última data e 1960, (...) surgimento de conexões mais acentuadas entre agricultura e agroindústria. Entre 1960 e 1980 passou a predominar o padrão agrário moderno, industrializado”.

O Complexo Rural era determinado pelas flutuações do comércio exterior, onde a produção agrícola ocupava apenas parte dos meios de produção existentes. Nas próprias fazendas se produziam não só as mercadorias para exportação, mas também manufaturas e equipamentos simples para produção, transportes e habitação, ou seja, o Complexo Rural não dependia da compras de insumos (sementes, adubos, fertilizantes, etc) e não estava interligado com a indústria havia uma separação dos setores da economia. Esse tipo de agricultura também se denomina de tradicional, onde se caracteriza pela utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, a fertilidade natural do solo e a mão-de-obra direta (BRUM, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1996).

As transformações ocorridas no campo brasileiro a partir de 1960, com a modernização tecnológica da agricultura, influenciou decisivamente no que toca a questão agrária. Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal¹⁶) era necessário modernizar o setor e elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em um mercado consumidor para as indústrias emergentes, eliminando o arcaico do meio rural para desempenhar eficazmente o papel da agricultura promovendo matéria-prima para a indústria nacional que nascia e alimentando a crescente população urbana no Brasil.

Então, o padrão agrícola brasileiro, começa a mudar através de políticas de financiamento para compras de insumos e máquinas, além de uma integração entre os setores primário e secundário. Essas mudanças causaram alguns impactos socioeconômicos para a sociedade brasileira, principalmente para os pequenos agricultores.

Esse processo de modernização da agricultura (Figura 4) surgiu junto com a Revolução Verde¹⁷, para proporcionar aumento de produtividade nas propriedades. Essas modificações obtiveram resultados positivos em países que fizeram uma reforma agrária, e significativamente negativa em países que não fizeram uma reforma agrária. Brum (1987) expõe de forma clara sobre a Revolução Verde e a reforma agrária:

Nos países em que, concomitantemente à 'Revolução Verde', foi implantada a reforma da estrutura agrária, com redivisão e redistribuição das terras, ou se fez alguma alteração estrutural na forma de propriedade, posse e uso da terra, os resultados foram significativamente positivos, com benefícios sensíveis para a maioria da população. Porém, nos países, como o Brasil, em que a 'Revolução Verde não foi acompanhada de uma reforma agrária, mas apenas um sucedâneo desta, resultaram graves conseqüências, tanto de ordem econômica como principalmente sociais (...) uma minoria apenas dos agricultores, aqueles que se estruturaram de forma empresarial - a nova

¹⁶ CEPAL é o organismo da ONU responsável para a promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina, criado no ano de 1948, que teve como premissas de atividades os seguintes pontos:

Anos 1950: Industrialização; Anos 1960: "reformas para desobstruir a industrialização"; Anos 1970: reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e para a diversificação pró-exportadora; Anos 1980: superação dos problemas da dívida externa mediante o "ajuste com crescimento"; Anos 1990: transformação produtiva com equidade.

Fonte: <http://www.eclac.org>

¹⁷ Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. (Brum, 1987, p.44)

burguesia rural - foram mais ou menos favorecidos, enquanto os mais fracos - os pequenos proprietários rurais - foram e vão sendo progressivamente marginalizados do processo. (BRUM, 1987, p.50).

Em 1964, foi criado o Estatuto da Terra (Lei 4.504), dentro do Regime Militar onde se estabeleceu uma nova ordem econômica, vinculada ao capital oligopolista internacional consolidando o processo de modernização conservadora, mantendo a grande propriedade e obstaculizando o processo de transformação fundiária e reforma agrária (BRUM, 1987; TAMBARA, 1985).

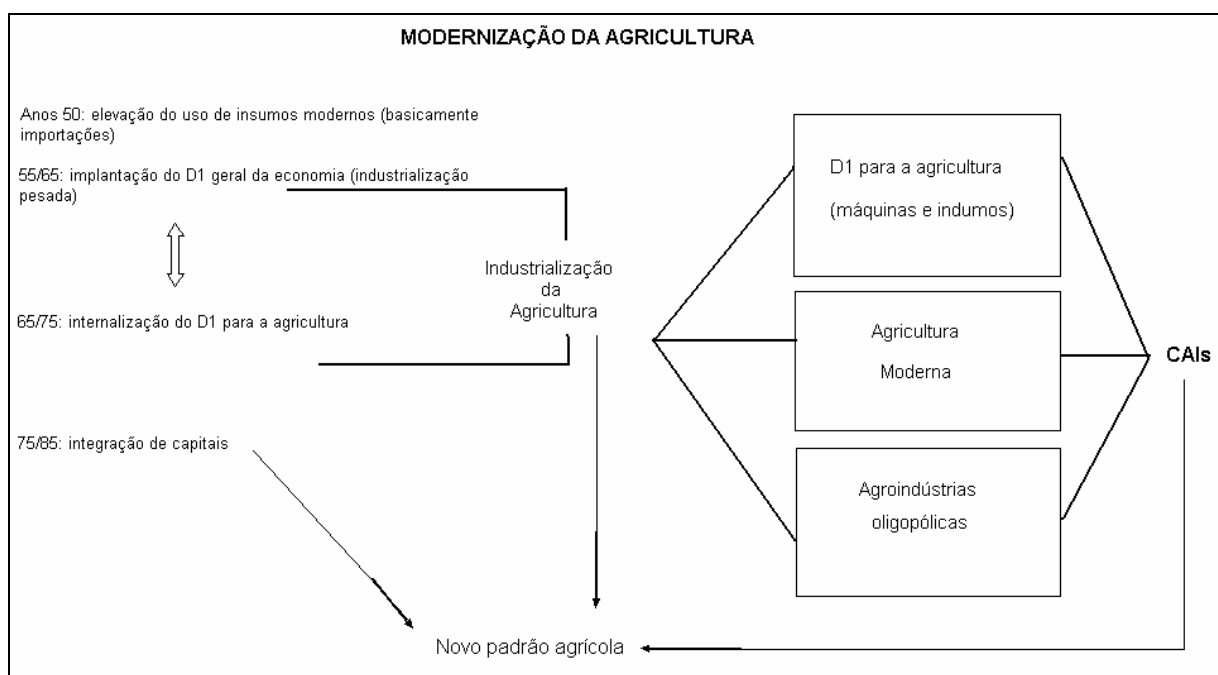


Figura 4 - Processo de Modernização da Agricultura.

D1: Departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura.

Fonte: Graziano da Silva (1998).

Historicamente, no latifúndio¹⁸ a terra foi sempre considerada “reserva de capital”. Nessa visão, não se incluía a preocupação em tornar o latifúndio produtivo, com a modernização da agricultura, substitui-se essa visão pela empresarial, em que a terra é fator fundamental de produção, latifúndio passa a ser o atraso e o passado e a empresa rural modernizada, a prosperidade e o futuro. Assim, o rompimento do

¹⁸ Para Graziano Neto (1996, p. 48) Latifúndio é a grande propriedade improdutiva, baseada nas relações “feudais” de produção, dominada pela oligarquia rural. Grande empresa é a propriedade capitalista, com elevada produtividade, baseada na mão-de-obra assalariada, gerenciada por empresários.

Hoje, a empresa rural representa a agricultura profissionalizada diferentemente do latifúndio, mas há uma semelhança básica: ambas significam a grande propriedade, que permanece ainda dominando o campo, agora sob nova dinâmica.

complexo rural, e o paralelo processo de industrialização, significaram o desenvolvimento da divisão do trabalho e a constituição do mercado interno. (BRUM, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O Estado atuou com força para a integração indústria-agricultura, sobre tudo através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e a toda bateria de políticas incentivadoras das exportações. Dessa forma, o processo de integração indústria-agricultura foi designado por Müller (1989) de Complexo Agroindustrial, onde o padrão agrário brasileiro entra em transformação:

A produção agrária não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio, mas também de um conjunto de indústrias que têm nas atividades agrárias seus mercados. A dupla dependência destas atividades implica na mudança de padrão agrário (MÜLLER, 1989, p.18).

O Complexo Agroindustrial no entendimento de Müller (1989, p.23) “é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas da produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrárias”, assim, para se produzir nas atividades agropecuárias deve ser de forma dinâmica e moderna.

Antes os Complexos Rurais eram de certa forma independente, a agricultura produzia os seus próprios adubos, hoje são adquiridos de fora, antes se criava os próprios animais para a tração, hoje os animais foram substituídos por tratores. Mudou-se também as atividades produtivas dos complexos, onde se passou a criar vários complexos, como o da soja, canavieiro, ou seja, não se pode mais falar de agricultura para o mercado interno ou para mercado externo, pois cada complexo passou a ser tanto exportador como para consumo interno no país (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

O processo de modernização eleva o consumo intermediário na agricultura, indicando uma crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias. O processo da constituição dos Complexos Agroindustriais e a dinâmica da modernização da agricultura, causou dois efeitos latentes para a sociedade, conforme argumenta Graziano da Silva:

Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc e apresentaram graus menores de evolução,

especialmente da sua produtividade (...) Uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não foi só desigual como também foi excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final desse processo (1994, p. 138-139).

A moderna agricultura esconde alguns “desequilíbrios” inevitáveis e indesejáveis, como a concentração fundiária, êxodo rural, superexploração dos empregados e a concentração da renda. Pois, “o desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria” Graziano da Silva (1994, p.139).

Quando se fala da superioridade econômica do Complexo Agroindustrial, Graziano da Silva (1999, p.116) afirma que “é preciso ressaltar que essa inequívoca superioridade decorre, em grande parte, dos privilégios com que a grande produção agrária foi contemplada durante os 20 anos da ditadura militar”. A modernização da agricultura beneficiou o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total.

Para Romeiro (1994, p.125) o grande problema da “modernização conservadora” é que:

O aumento da produção agrícola acompanha necessariamente o processo de crescimento econômico, mas não é condição suficiente para que haja desenvolvimento socioeconômico, entendido este último como um processo que eleva a qualidade de vida da população como um todo.

Nesse contexto, “a estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu num sentido concentrador e excludente ao longo dos anos 1970, no sentido de evitar qualquer tipo de acesso a terra aos trabalhadores rurais brasileiros” Graziano da Silva (1999, p.117). E ainda mais, o Estado foi o “suporte” para o aumento dessa desigualdade socioeconômica, com políticas de crédito e financiamento. A política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetário-financeira expansionista. Não é sem outra razão que a política de crédito rural é considerada o carro-chefe da política de modernização até o final dos anos 1970.

Dentro dessa situação, as políticas agrícolas, beneficiaram a expansão da modernização da agricultura, favorecendo uma minoria, excluindo uma parcela de agricultores, concentrando terra e renda. Com relação às políticas agrárias, Graziano

da Silva (1999) afirma que há duas grandes vertentes, uma social e outra produtivista. E que a reforma agrária pode às vezes tender mais para um lado social ou para um lado produtivista. O autor afirma que a:

Reforma Agrária brasileira nos anos 1980 se justifica como uma política social, independentemente dos reflexos produtivos que possa vir a ter. Isso significa que, antes de resolver a problema do feijão e do arroz, precisamos decidir se os milhões de trabalhadores rurais deste País têm direito ou não de ser cidadãos brasileiros (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p.101).

Graziano da Silva ressalta a importância de manter o trabalhador rural no campo para evitar problemas de marginalização nos centros urbanos e que a “solução é evitar sua vinda para a cidade, segurando o trabalhador rural no campo num trabalho produtivo, se possível. Senão, que lhe permita, ao menos, produzir sua subsistência ou parte dela” (1985, p.35). Acredita ainda que não há outra maneira de reverter o processo de concentração - não de propriedade, mas de renda - no campo sem fazer uma Reforma Agrária.

Um dos problemas da modernização da agricultura é que ela criou um problema a mais em termos sociais, quando expulsa os agricultores do campo para cidade, marginalizando, residindo em favelas. Nesse caso, “a modernização da agricultura não foge a regra: os seus efeitos perversos ameaçam esvaziar os campos e inchar as cidades, transformando a crise agrária em crise urbana” observa Graziano da Silva (1999, p.135).

Em relação ao padrão tecnológico, percebe-se que os pequenos produtores não foram totalmente absorvidos pelo processo, que:

(...) o fator limitante da modernização no setor camponês parece residir, fundamentalmente, na incompatibilidade entre escala mínima de produção requerida pelo novo padrão tecnológico e a insuficiência dos recursos produtivos e financeiros por parte daquele setor (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.138).

Observa-se que a pequena propriedade familiar é a mais prejudicada pela capitalização do campo, principalmente devido à monocultura. Como há necessidade de plantar máximo para garantir o lucro, a pequena propriedade acaba por abdicando a lavoura de subsistência.

Portanto, a exigência de escala mínima de produção é fator determinante para os pequenos agricultores abandonarem suas atividades levando milhares de agricultores a sua ruína. Como expõe Graziano da Silva (1999, p.135) “Se a

modernização da agricultura tende a agravar as já agudas desigualdades sociais, deve-se, então, tentar abrandar seus efeitos freando o próprio processo? A “solução” é uma agricultura tecnologicamente atrasada, porém, socialmente justa?”.

3.3. – As transformações capitalistas no campo gaúcho com a criação dos Complexos Agroindustriais

O processo de modernização da agricultura, iniciado na região do Planalto Gaúcho após a Segunda Guerra Mundial, foi primeiramente centrado na produção de trigo. Através da triticultura começava a implantar-se um processo de transformações profundas nas técnicas de cultivo e manejo do solo, bem como nos demais aspectos da economia e da sociedade. E nos anos 60 e 70, as lavouras mecanizadas de trigo e soja expandiram-se para toda região do Planalto Gaúcho, bem como para outras áreas do Rio Grande do Sul.

A ênfase dada à expansão da monocultura da soja, através dos vários incentivos, levou, contraditoriamente, ao abandono de grande parte das culturas tradicionais de subsistência, obrigando o País a importar volumes apreciáveis destes produtos para abastecimento interno. A atividade agrícola tradicional realizada pelo agricultor da pequena propriedade tinha como objetivo produzir alimentos para alimentar a população, mas na agricultura modernizada o objetivo primeiro não é atender as necessidades alimentares da população, mas gerar lucros (BRUM,1987).

Miorin (1982) em seu estudo a respeito do processo modernizante na atividade agropecuária na região centro-noroeste do Rio Grande do Sul, destaca três conseqüências de ordem econômica, social e física:

A primeira conseqüência, decorrente do processo de modernização caracterizado pelo uso do capital na forma de grandes investimentos, atende muito mais aos setores não-agrícola cujas implicações são entendidas a partir do processo capitalista (...) a modernização dessa forma tem levado privilégio a alguns em detrimento de uma significativa maioria (1982, p.159-160).

O primeiro argumento, diz respeito às desigualdades de oportunidades entre os agricultores, principalmente de ordem financeira acarretando uma maior concentração de renda para poucos, conseqüentemente, uma desigualdade social.

Seguindo o pensamento de Miorin, ela argumenta que a:

A segunda conseqüência (...) determinou algumas mudanças na ordem social da região onde uma maioria, inserida no processo de modernização, mas à margem da dinâmica capitalista, viu-se “forçada” a adotar novos cultivos e novas tecnologias que, ao invés de proporcionarem o tão esperado desenvolvimento rural, têm resultado em um endividamento tão grande restando apenas como alternativa a liquidação da propriedade ou o arrendamento aos grandes grupos agrocomerciais. Com isso aumenta o êxodo rural e problemas urbanos (socioeconômicos) (1982, p.160-161).

O outro argumento reflete o entrave ocorrido com os pequenos agricultores, que não conseguiram acompanhar o processo de modernização, pois para produzir *commodities* é necessário escala, área para produzir em quantidade suficiente a fim de suprir os gastos com insumos e máquinas e ainda obter lucro. O insucesso nesse processo resulta da venda ou arrendamento da propriedade, e, por conseguinte o êxodo rural, conforme afirma Tambara (1985, p.77) “(...) há uma correlação positiva entre o crescente processo de urbanização do estado e a crescente penetração capitalista no campo”.

A última conseqüência da modernização da agricultura no centro-noroeste gaúcho para a autora, diz respeito a:

(...) constatação da existência de uma agricultura praticada em moldes tradicionais coexistindo com uma agricultura moderna (...) Ao mesmo tempo, o moderno alimentado pela existência do tradicional avança sobre o espaço criando condições para que o processo modernizante evolua (MIORIN, 1982, p.162-163).

Por fim, certas propriedades rurais não entram no processo modernizante fazendo com que o grande proprietário ou empresa rural pressione o agricultor tradicional para sua venda.

Evidentemente, o forte êxodo rural dos tempos modernos se iniciou nas regiões onde o processo de capitalização e mecanização do campo ocorreu primeiro e de forma mais intensa, como por exemplo no Rio Grande do Sul. Essa superpopulação relativa expulsa do campo veio se aglutinar em volta das cidades e torna desnecessária a reserva de mão-de-obra que era representada pela pequena produção (GRAZIANO DA SILVA, 1994;1999).

Dessa forma, a mecanização da agricultura expulsa os pequenos agricultores dando lugar ao Complexo Agroindustrial altamente tecnológico e mecanizado, que dispensa uma quantidade relativa de trabalhadores rurais. Assim, a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de 1960/1970:

(...) foi ainda muito mais acelerada do que em períodos anteriores. E essa expansão destruiu outros milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte de sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em bóia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.12).

Esse processo de modernização do Centro-Sul resultou na desapropriação de pequenos produtores, em especial aqueles que tinham formas precárias de acesso a terra, como os posseiros, parceiros e pequenos.

A maneira tradicional de produzir estava empobrecendo a fertilidade do solo por sua utilização intensiva e sem um projeto de recuperação. Surge uma alternativa em curto prazo, incentivada pela existência abundante de crédito agrícola, afim de modernizar o modo de produzir do agricultor, com o emprego de sementes selecionadas e melhoradas, mecanização, fertilizantes, etc. Assim, a produção foi centralizada em um único produto, por temporada, utilizando intensamente o capital em detrimento da força de trabalho ocasionando uma aceleração do fluxo migratório campo-cidade.

O processo de modernização nos campos gaúchos tem como consequência “a expulsão de milhares de agricultores das terras que ocupavam, configurando a cristalização de focos de movimentos sociais reivindicatórios, como é o caso dos agricultores sem-terra” (TAMBARA, 1985, p.62).

O desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul, principalmente com a modernização da agricultura a partir das décadas de 1960/70, agravou as condições sociais de ocupação e emprego rural, a elevação dos preços das terras, a mecanização dos processos produtivos, contribuíram para a formação de uma “população sobrando” em áreas rurais, especialmente na região norte do Estado (MEDEIROS & LEITE, 1999).

A emergência por novas áreas para esta “população sobrando”, vem junto com os ideais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que através da reforma agrária, seria o caminho para romper com o padrão latifundiário existente em algumas regiões brasileiras, povoar e produzir em áreas estagnadas, como no caso da Mesorregião Sul.

Os integrantes do movimento sem-terra constituem-se de pessoas oriundas tanto do processo de expulsão do homem do campo pela mecanização da lavoura

quanto ao processo de subdivisão das terras que não permitia mais seu assentamento em suas regiões de origem (TAMBARA, 1985).

No estado do Rio Grande do Sul se observou o mesmo processo ocorrido no restante do Brasil, a concentração da terra e renda. Pois, “outra consequência da penetração capitalista no campo é a concentração da propriedade. Na medida em que há uma inviabilização econômica das pequenas propriedades estas são adquiridas por pessoas de posses que assim aumentam seu patrimônio”. (TAMBARA, 1985, p.86).

O processo de aglutinação das propriedades no Planalto Gaúcho se acelera na modernização da agricultura, devido principalmente pela expansão da lavoura de soja como enfatiza Brum:

Na década de 1970, com a grande expansão do ciclo da soja, o preço das terras cresceu extraordinariamente. A terra passou a ser cada vez mais cobiçada. Ocorre, a partir de então, um crescente processo de aglutinação de propriedades rurais, principalmente através da incorporação, por compra, de minifúndios pelos médios proprietários que vão açambarcando sempre mais parcelas de terras, consolidando sua presença no cenário agrícola da região. Está em andamento um processo seletivo, com a progressiva eliminação dos pequenos produtores rurais autônomos. Os mais “eficientes”, isto é, os que têm melhores condições ou talvez mais visão, empenho e propensão ao risco se afirmam frente aos demais (BRUM, 1987, p.123).

Desta forma, o desenvolvimento agrícola e a miséria rural são duas faces do mesmo processo. Enquanto, por um lado, há um processo de tecnificação e modernização baseada no crédito relativamente abundante, de outro lado nota-se a existência ainda de uma agricultura tradicional de subsistência subordinada e explorada pelos interesses do setor mais desenvolvido (TAMBARA, 1985).

Deve-se procurar estabelecer um equilíbrio entre a penetração capitalista no campo, que de certa forma é inevitável, e a utilização de força de trabalho, abandonando as técnicas exageradamente poupadoras de mão-de-obra, Nesse sentido:

Há, portanto, necessidade de uma reorientação no processo de desenvolvimento da política agrícola e agrária atualmente em vigência (...) A primeira medida realmente efetiva e de significação econômica e social necessário é a ‘reforma agrária’; isto é, uma alteração na estrutura fundiária que transforme as relações sociais atualmente existentes no campo (TAMBARA, 1985, p.90).

Não há dúvida para Moro e Rückert (2004) que a sojicultura proporcionou maior riqueza para a região do Planalto Gaúcho, porém há uma distribuição pouco

eqüitativa dos ganhos entre os vários estratos sociais. Além disso, os indicadores sociais acusam a latência de crise, pois essa é a região onde mais se evidenciam as contradições criadas pelo modo de avanço do capital no campo.

Com relação à estrutura das propriedades rurais, o cenário atual se mantém cada vez mais concentrado, aonde as pequenas e médias propriedades familiares vem perdendo, há décadas, cada vez mais espaço para a cultura da soja, como o caso das regiões do Médio Alto Uruguai, Missões, Noroeste Colonial, Planalto Médio, ou seja, o Norte do Estado (ILHA et.al. 2002 ;JARDIM e BARCELLOS, 2004 ; BATISTA et.al., 2006).

Desse modo, a reforma agrária surge como uma alternativa na diminuição da concentração de renda e terra, para diminuir as absurdas desigualdades sociais e econômicas. Graziano da Silva argumenta a respeito da importância da reforma agrária:

A reforma agrária que os trabalhadores rurais em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra; é sim uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo às formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade. Em resumo, não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas habilitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento da mão-de-obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras (1980, p.92-93).

Conforme Romeiro (1994, p.131) o sentido atual da reforma agrária é “ampliar as oportunidades de emprego no campo de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial”.